

**DEBATES  
URBANOS**

**6**

**CONDIÇÕES DE  
VIDA DAS  
CAMADAS POPULARES**

**Luiz Antonio Machado da Silva**  
organizador

**José Sérgio Leite Lopes**  
**Maria Rosilene Barbosa Alvim**



## CONDIÇÕES DE VIDA DAS CAMADAS POPULARES

Esta coletânea reúne três trabalhos originalmente apresentados no Seminário de Estudos Urbanos, organizado pelo IUPERJ, em 1981. O primeiro deles, de José Sérgio Leite Lopes, apresenta uma espécie de cronologia dos caminhos, questões e confrontações do tema "condições de vida das classes populares" desde meados do século XIX até a atualidade, a partir da perspectiva de uma antropologia social da classe operária. O autor chama a atenção para o fato de que se trata de uma reconstrução, ou retrospectiva, tornada necessária por sua prática de pesquisa empírica, cujo resultado não pretende ser a fundação de uma nova disciplina das ciências sociais. O segundo artigo, de Maria Rosilene Barbosa Alvim, examina a questão do trabalho, recorrente na literatura sobre as condições de vida da classe trabalhadora, fazendo uma apreciação do caso "clássico" de utilização do trabalho infantil, que serve como pano de fundo para uma análise empírica das relações entre uso da força de trabalho, trabalho infantil e família, numa fábrica têxtil com vila operária. Finalmente, o artigo de Luiz Antônio Machado da Silva descreve as formas de extensão da jornada de trabalho numa fração do exército de reserva do Recife, procurando articular a lógica que lhe é subjacente, a partir da idéia de que elas compõem uma parte central das estratégias de vida desse segmento social.

**CONDIÇÕES DE VIDA**  
**das Camadas Populares**

---

---

## Série DEBATES URBANOS

coordenadora:

LICIA DO PRADO VALLADARES

### Volumes da série:

*Solo Urbano: Tópicos sobre o Uso da Terra* \*

L.A. Machado da Silva (org.)

*Violência e Cidade* \*

Renato Raul Boschi (org.)

*Políticas Públicas para Áreas Urbanas:*

*Dilemas e Alternativas* \*

Eli Diniz (org.)

*Repensando a Habitação no Brasil* \*

Licia do Prado Valladares (org.)

*Movimentos Coletivos no Brasil Urbano* \*

Renato Raul Boschi (org.)

*Condições de Vida das Camadas Populares* \*

L.A. Machado da Silva (org.)

*Qualidade da Vida Urbana* \*

Amaury de Souza (org.)

---

\* publicado

# **CONDIÇÕES DE VIDA DAS CAMADAS POPULARES**

*organizador*

**Luiz Antonio Machado da Silva**

*colaboradores*

**José Sérgio Leite Lopes  
Maria Rosilene Barbosa Alvim**

**ZAHAR EDITORES**

**RIO DE JANEIRO**

Copyright © Iuperj, 1982

Todos os direitos reservados.  
A reprodução não-autorizada  
desta publicação, no todo ou em parte,  
constitui violação do copyright. (Lei 5.988)

Capa: Irene Peixoto e  
Márcia Cabral

Composição: Zahar Editores

1984

Direitos para esta edição contratados com  
ZAHAR EDITORES S.A.  
Caixa Postal 207 (ZC-00) Rio de Janeiro  
Impresso no Brasil

## ÍNDICE

---

---

<i>Nota sobre os Autores</i>	7
<i>Introdução</i>	13
LUIZ ANTONIO MACHADO DA SILVA	
<b>Anotações em Torno do Tema "Condições de Vida" na Literatura sobre a Classe Operária</b>	21
JOSÉ SÉRGIO LEITE LOPES	
<b>Trabalho Infantil e Reprodução Social: O trabalho das crianças numa fábrica com vila operária</b>	59
MARIA ROSILENE BARBOSA ALVIM	
<i>Introdução, 61</i>	
Alguns resultados da literatura sobre o caso "clássico" da utilização do trabalho infantil, 62	
O trabalho infantil nas <i>working houses</i> e nos conventos industriais, 66	
O trabalho infantil e a família numa fábrica têxtil com vila operária, 69	
<i>Conclusão, 78</i>	
<b>Estratégias de Vida e Jornada de Trabalho</b>	83
LUIZ ANTONIO MACHADO DA SILVA	
Estratégias de vida, tempo de trabalho e divisão familiar do trabalho, 85	
Considerações finais, 92	



## NOTA SOBRE OS AUTORES

---

---



LUIZ ANTONIO MACHADO DA SILVA

Bacharel em Sociologia (Escola de Sociologia e Política, PUC/RJ). Mestre em Antropologia Social (Museu Nacional, UFRJ). Doutor em Sociologia (Rutgers University). Autor de diversos artigos, entre os quais: "A Política na Favela" (*Cadernos Brasileiros*, nº 41, maio-junho, 1967); "O Potencial de Ruptura dos Grupos Marginais" (*Cadernos do CEAS*, julho-setembro, 1972); "A Oposição entre Trabalho Doméstico e Trabalho Feminino Remunerado"; "Notas sobre Pequenos Estabelecimentos Comerciais" e "Estratégias de Trabalho, Formas de Dominação na Produção e Subordinação Doméstica dos Trabalhadores Urbanos", este último em co-autoria com J.S. Leite Lopes (todos em J.S. Lopes e L.A.M. Silva: *Mudança Social no Nordeste*, Paz e Terra, 1979); "Notas para uma Discussão sobre Movimentos Sociais Urbanos" (*Cadernos CERU*, nº 13, 1980), em co-autoria com A. Ziccardi. Organizou o primeiro volume desta série, *Solo Urbano: Tópicos sobre o Uso da Terra* (Rio, Zahar, 1982).

Atualmente é professor-adjunto do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Sociologia do IUPERJ.

### JOSÉ SÉRGIO LEITE LOPES

Bacharel em Economia (PUC/RJ). Mestre em Antropologia Social (Museu Nacional, UFRJ). Autor de *O Vapor do Diabo* (Paz e Terra, 1976). Dentre seus diversos artigos, destacam-se: "Sobre o Debate da Distribuição de Renda: Leitura Crítica de um Artigo de Fishlow", in Tollipan e Tinelli: *A Controvérsia sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento* (Rio, Zahar, 1974); "Relações de Parentesco e Propriedade nos Romances do Ciclo da Cana de José Lins do Rego", in G. Velho: *Arte e Sociedade* (Rio, Zahar, 1977); "Estratégias de Trabalho, Formas de Dominação na Produção e Subordinação Doméstica dos Trabalhadores Urbanos", em co-autoria com L.A.M. Silva, "Fábrica e Vila Operária: Considerações sobre uma Forma de Servidão Burguesa", ambos em J.S.L. Lopes e L.A.M. Silva: *Mudança Social no Nordeste* (Paz e Terra, 1979).

Atualmente é professor-adjunto de Antropologia no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ.

MARIA ROSILENE BARBOSA ALVIM

Bacharel em Filosofia (Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil). Mestre em Antropologia Social (Museu Nacional, UFRJ). Autora de *A Arte do Ouro – Um Estudo sobre os Ourives de Joazeiro do Norte* (Perspectiva Antropológica nº 20, UnB). Dentre seus diversos artigos, destacam-se: “Notas sobre a Família num Grupo de Operários Têxteis” (in J.S.L. Lopes e L.A.M. Silva: *Mudança Social no Nordeste*, Rio, Paz e Terra, 1979); “Família e Operários de Origem Camponesa” (*Comunicações do PPGAS*, nº 6, Museu Nacional); “A Construção do Movimento dos Operários da Construção” e “Os Metalúrgicos do Rio e Niterói: Ligações entre os Conflitos de 1980 e as Lutas do Passado” (ambos em co-autoria com J.S.L. Lopes e publicados em *Trabalhadores Urbanos 1980*, CEDI, 1981); “Artesanato, Tradição e Mudança Social”, in *O Artesão Profissional e seu Papel na Sociedade Contemporânea* (Funarte, 1983).

Atualmente é professora assistente de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.



## INTRODUÇÃO

---

Luiz Antonio Machado da Silva



Marcos Vinícius Leite Alvim  
1985

Os textos aqui reunidos foram originalmente apresentados no Seminário de Estudos Urbanos, organizado em 1981 pelo IUPERJ, contando com o apoio financeiro da Fundação Ford.

Esta coletânea reúne três artigos totalmente independentes, com níveis de abstração e graus de elaboração teórica muito distintos. O primeiro deles, de Leite Lopes, apresenta uma espécie de cronologia dos caminhos, questões e confrontações do tema "condições de vida das classes populares" desde meados do século XIX até a atualidade, a partir da perspectiva de uma antropologia social da classe operária. O autor faz questão de chamar atenção para o fato de que se trata de uma reconstrução, ou retrospectiva, tornada necessária por sua prática de pesquisa empírica, cujo resultado não pretende ser a fundação de uma nova disciplina das ciências sociais. O segundo artigo, de Alvim, privilegia a questão do trabalho infantil, recorrente na literatura sobre as condições de vida da classe trabalhadora, fazendo uma apreciação do caso "clássico" de utilização do trabalho infantil, que serve como pano de fundo para uma análise empírica das relações entre uso da força de trabalho, trabalho infantil e família numa fábrica têxtil com vila

operária. Finalmente, o artigo de Machado da Silva descreve as formas de extensão da jornada de trabalho numa fração do exército de reserva do Recife, procurando articular a lógica que lhe é subjacente, a partir da idéia de que elas compõem uma parte central das estratégias de vida desse segmento social.

É flagrante, portanto, a disparidade entre os textos, a par do interesse em si do conteúdo de cada um deles. Nesta breve introdução — e correndo o risco de violentar as intenções dos autores — desejo tecer alguns rápidos comentários justamente a respeito de um ponto que os artigos *não* tocam, pelo menos explicitamente, e que me parece muito importante. Trata-se de ler nas entrelinhas, e com uma referência que não é necessariamente a dos estudos aqui reunidos, com todos os riscos e ressalvas que esse procedimento implica. Esta referência é o papel — ativo ou passivo — dos trabalhadores cujas “condições de vida” são estudadas.

Qualquer que seja sua orientação teórica, grau de generalidade ou objetivo imediato, o tema “condições de vida” analisa as conseqüências do capitalismo sobre os trabalhadores, e portanto se localiza na esfera da reprodução da classe trabalhadora (mesmo quando a análise inclui certos aspectos das condições de trabalho, como é o caso do trabalho infantil ou do trabalho “fora da fábrica”, isto é, fora da dominação e exploração direta pelo capital). Ao menos no que se refere à literatura brasileira mais recente, o isolamento analítico deste momento do processo de produção — a reprodução da força de trabalho — tem provocado sérias distorções nos resultados das investigações. De um lado, elas levam seja a uma mera descrição estatística de “padrões de vida”, seja ao

caso mais comum de denúncia das condições de extrema exploração a que está submetida a classe trabalhadora. Alternativamente, ela leva a considerar a prática cotidiana dos trabalhadores como autônoma, já que as condições sociais de produção que a determinam reduzem-se a um esfumado pano de fundo. No segundo caso, adota-se uma certa atitude "idealista", em que a lógica do comportamento dos trabalhadores, as "representações" que lhe dão sentido, se explicam e justificam por si mesmas, numa tautologia em que um elemento explica o outro, e assim sucessivamente. Dito de outra maneira, certas análises reduzem o comportamento dos trabalhadores — transformado em "condições de vida", *resultado dos processos externos* a que estão submetidos — à dinâmica do capital. Inversamente, outras investigações privilegiam de tal forma o "ponto de vista do trabalhador", que o tomam como ator autônomo, independente. (Evito citar exemplos de ambas as perspectivas, primeiro porque tenho consciência de estar radicalizando para simplificar a exposição, e segundo porque não é minha intenção fazer um balanço sistemático da produção a respeito.)

Em ambos os casos, as duas linhas de análise eliminam de consideração os aspectos conflitivos que estão presentes em todos os níveis das relações entre o capital e o trabalho, inclusive no momento da reprodução. A análise desses aspectos fica restrita apenas a um pequeno conjunto de itens que conformam as "condições de vida" das camadas populares, e mesmo assim num outro campo temático, que privilegia as manifestações organizadas e vocalizadas na arena mais estrita e diretamente política — os movimentos reivindicativos surgidos em torno dos "meios de consumo coletivo".

Os textos aqui reunidos não discutem diretamente esses problemas, mas apesar disso assumem, cada um a seu modo e segundo as intenções e questões que discutem, uma posição a respeito que me parece a mais positiva: a do caráter relacional e histórico do processo produtivo em todos os seus momentos (no caso do capitalismo as relações entre o capital e o trabalho, é óbvio). É assim que, por exemplo — e mantendo a ordem de apresentação dos textos —, Leite Lopes critica as interpretações de um marxismo “que enfatiza as determinações das forças produtivas sobre a formação da classe operária e sua organização própria como movimento social (...) (e) acaba por outros caminhos reforçando uma concepção que privilegia a causalidade exterior à própria classe” (p. 51); e chama atenção para o fato de que “o processo de constituição da classe é portanto um processo de *autoconstrução* política e cultural, tanto quanto econômica (...)” (p. 44, grifo do autor). Por sua vez, o papel ativo dos trabalhadores fica marcado no artigo de Alvim quando, por exemplo, ela insiste na necessidade de domesticação do trabalho pela fábrica, nas dificuldades relacionadas ao processo de aliciamento associadas à instabilidade permanente da força de trabalho, e no sentido de preservação da família trabalhadora que o modo de proletarização por ela estudado representa. Finalmente, Machado da Silva deixa implícita a tensão entre os processos antagônicos de “obreirização” — “desobreirização” subjacentes à extensão da jornada de trabalho que associa formas capitalistas e não-capitalistas de produzir, assim como chama atenção para o caráter de resistência dos trabalhadores contido nas atividades organizadas de forma não-capitalista (resistência que se dá mais por “substituição” que por “confrontação”, e cuja raiz estaria na incapacidade da classe

trabalhadora de tornar o Estado responsável pela gestão de sua reprodução como um todo).

Finalizando, eu gostaria de arriscar um comentário-sugestão em torno do tema das "condições de vida das camadas populares", e que poderia ser colocado da seguinte forma. A expressão "estratégias de vida" (às vezes "estratégias de sobrevivência") tem sido amplamente utilizada na literatura voltada para o tema. De um modo geral, ela tem sido tratada como uma noção de utilidade heurística que, exatamente por não ter maior comprometimento teórico, não é objeto de qualquer esforço de reflexão. Pressupõe apenas que ela possui um significado de domínio público, o que torna seu conteúdo, limites e implicações totalmente nebulosos. Ao mesmo tempo, e de forma quase insensível, a expressão "estratégia de vida" aponta para a participação ativa dos sujeitos. (Muitas vezes a expressão pode assumir conotações de intencionalidade que pouco se justificam empiricamente e que conduzem, até mesmo sem que o investigador o queira, à deformação mencionada anteriormente, que consiste em tomar os trabalhadores como atores isolados, independentes.)

É minha impressão pessoal que essa noção, suficientemente elaborada, pode vir a transformar-se em importante instrumento analítico, capaz de sintetizar, numa perspectiva relacional e histórica, justamente aqueles aspectos do comportamento cotidiano dos trabalhadores que, por não estarem politicamente organizados, não se constituem num conflito aberto na oposição entre capital e trabalho — mas que não deixam de ser *políticos* no sentido de contraditórios com as forças dominantes da nossa sociedade, aspectos esses que são componentes talvez até majoritários do processo de constituição da classe trabalhadora.

Não acredito que a noção de “estratégia de vida” possa — ou deva — transformar-se num conceito, no sentido de tornar-se parte central de um sistema teórico estritamente definido. Mas uma elaboração adequada pode tornar seu uso mais claro e definido, além de aprofundar e explicitar sua utilidade para a apreensão correta dos problemas aqui tratados.

**ANOTAÇÕES EM TORNO DO TEMA  
"CONDIÇÕES DE VIDA"  
na Literatura sobre a Classe Operária\***

---

José Sérgio Leite Lopes

---

\* Agradeço aqui a leitura e sugestões de Maria Rosilene Barbosa Alvim, Moacir Palmeira e Luís de Castro Faria.



A propósito do tema "*Condições de vida das camadas populares*", observamos que a amplitude de seus significados percorre a literatura sobre "classe operária", não somente sob a forma *condições de vida*, mas sob formas aparentemente assemelhadas como *condições físicas e morais, situação, níveis de vida, questão social, questão da habitação, questão operária, vida operária, condição operária* etc. Diante dessa observação preliminar, animamo-nos a especificar algo do contexto subjacente à aparição desses temas na literatura, ressaltando paralelamente a constituição de uma problemática relativa ao objeto "classe operária", que nos tem interessado mais de perto desde trabalhos anteriores de pesquisa empírica, a saber, a problemática do que poderíamos chamar retrospectivamente de uma "antropologia social da classe operária". Com efeito, nossa experiência de pesquisa empírica anterior, estudando grupos sociais como os operários de usina de açúcar (Leite Lopes, 1976), ou os operários têxteis na situação de fábrica com vila operária (Leite Lopes, 1979), fez-nos defrontar, por um lado, com a necessidade de utilização de uma tradição teórica e de métodos de pesquisa e trabalho da antropologia social, e, por outro lado, com um objeto empírico raramente tratado explicitamente por essa tradição teórica, mas estudado numa ampla literatura dispersa por várias disciplinas. Para resumirmos nossas preocupações neste artigo, sem que possamos, no entanto, responder a todas elas, poderíamos fazê-lo sob a forma de perguntas sucessivas: a) de que literatura sobre classe operária queremos nos reapropriar para levar adiante nossos trabalhos já iniciados? b) como aparece a categoria "condições de vida" na literatura sobre a classe operária? c) como

pretendemos trabalhar essa categoria em nossos estudos empíricos? Que relação tem ela com aspectos levantados em nossos trabalhos?  
d) como aparece a categoria "condições de vida" na literatura que poderia ser recortada como útil na perspectiva de nossos trabalhos anteriores e na perspectiva de uma "antropologia social da classe operária"?

Falar na perspectiva de uma "antropologia social da classe operária" não parece um paradoxo? Pois a classe operária, classe por excelência da sociedade capitalista, não é exatamente o objeto limite – oposto aos objetos usuais da antropologia – sociedades tribais, sociedades camponesas, minorias etc.? Como se dá a junção entre a bagagem teórica, os métodos de pesquisa, e a tradição acadêmica da antropologia, construídos com base em outros objetos de pesquisa, e o objeto "classe operária"? Já nos defrontamos anteriormente com esse paradoxo e apontamos um caminho de solução que servia para a pesquisa empírica sobre o trabalho dos operários do açúcar (cf. Leite Lopes, 1976, pp. 6-11). Mas trata-se aqui de acompanhar esse "paradoxo" ou esse "desencontro" na própria literatura sobre classe operária. Por outro lado, não pretendemos traçar a genealogia ou mapear uma nova disciplina ou subdisciplina das ciências sociais, mas colocar perguntas, informadas por essa experiência anterior de pesquisa, à literatura dessas ciências relativa à classe operária, a qual inclui uma apropriação específica dessa tradição teórica e empírica acima mencionada. Além disso, não se trata de impor uma problemática elaborada externamente ao objeto empírico, dobrando tal objeto aos imperativos daquela problemática, mas acompanhar o aparecimento de temas e questões semelhantes aos apresentados em muitos dos trabalhos empíricos da antropologia social, internamente à própria literatura sobre classe operária, dentro da dinâmica dos debates que abalam a literatura multidisciplinar sobre esse objeto. Nesse sentido, parece-nos que somente a partir da conjuntura da década de 1950 é que se criam condições de cristalizar-se, internamente à dinâmica da literatura sobre classe operária, uma problemática "antropológica" – e é a partir desse marco que se podem colocar retrospectivamente, para a literatura anterior, questões que interessam a um tratamento "antropológico" da literatura sobre classe operária.<sup>1</sup>

Um primeiro grupo de obras que nos interessa resgatar é a série de trabalhos contemporâneos ao surgimento da classe operária na Europa, particularmente na Inglaterra e na França, mas também na Alemanha e na Rússia. São os "observadores diretos" do surgimento da classe operária, seja observadores do clima social, das repercussões desse surgimento — captando-o principalmente através de inquéritos médicos, sanitários, de investigação do cumprimento da legislação — seja observadores diretos "ativos" que, além de captarem esse clima social, produzem eles próprios dados empíricos como fruto de um trabalho de observação pessoal nos bairros operários ou nas fábricas. Exemplo desse segundo caso de observação direta seria o clássico livro de Engels, *Die Lage der arbeitenden Klasse in England*, que tem por especificação após o título, "segundo as observações pessoais do autor e segundo fontes autênticas" (a edição inglesa usa "personal observation", enquanto a francesa, "observations de l'auteur"). A citação em alemão busca menos um efeito pernóstico do que simplesmente indicar a fonte de traduções que utilizam termos distintos, segundo a tradução inglesa "*The Condition of the English Working Class*", ou a francesa "*La Situation de la Classe Laborieuse en Angleterre*", seguida pela portuguesa "*A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra*". Para efeitos da relação dessa literatura e o tema *condições de vida* da classe trabalhadora, o aparente preciosismo das nuances de tradução parece relevante para indicar a ligação entre essa obra clássica de Engels e a literatura de relatórios médicos e sanitários que pertencem à mesma época e que apresentam uma temática recorrente em torno das *condições morais, sociais e físicas*, da "população manufatureira" (Gaskell, 1833) ou do *estado físico e moral* dos "operários" (Villermé, 1840). Embora o livro de Engels difira de outras obras contemporâneas relativas aos inquéritos sanitários sobre a classe trabalhadora da época — pois trata do proletariado no seu conjunto e não de certos ramos particulares, já que não é apenas uma descrição da "situação da classe trabalhadora", mas uma análise do capitalismo industrial e suas consequências sociais e políticas, incluindo aí uma análise do movimento operário (cf. Hobsbawm, 1960) — ele permanece preso a essa temática das "condições físicas e morais" da classe trabalhadora. Essa ambigüidade entre, por um lado, uma ruptura analítica com a literatura da época e, por ou-

tro lado, a continuidade temática e na maneira de abordar os temas, se expressa não só na semelhança terminológica da *situação* e da *condição* que fazem parte do próprio título da obra (e mesmo, mais detalhadamente, no capítulo "Os Resultados", sua preocupação com a *situação física, intelectual e moral* dos trabalhadores que retoma dos inquéritos médicos e obras como as de Gaskell), mas também na própria estrutura interna da obra e no peso relativo dos capítulos. Enquanto Engels propõe uma análise do capitalismo industrial na Introdução, no pequeno segundo capítulo sobre o "Proletariado Industrial", e no quarto capítulo sobre "A Concorrência", os demais nove capítulos descrevem as conseqüências do surgimento da "Revolução Industrial" sobre a classe trabalhadora.<sup>2</sup> Essa parte "descritiva" da obra é considerada, no entanto, sua contribuição principal.<sup>3</sup> Ela, por um lado, retoma a problemática da literatura sobre a "situação dos trabalhadores" e, por outro lado, a inova: o fio condutor analítico, a concepção intuitiva que Engels tem, já na época, do desenvolvimento do capitalismo, da "lei geral da acumulação capitalista" posteriormente analisada por Marx no *Capital*, transparece na própria distribuição da observação, da descrição e da análise aí embutida, pelos diferentes capítulos que compõem o plano aparente da obra.<sup>4</sup> Enquanto a "Introdução" analisa a "Revolução Industrial" que pressupõe a expropriação do campesinato, do artesanato e do trabalhador a domicílio e constitui o proletariado, e o capítulo "A Concorrência" analisa o mecanismo do mercado de trabalho em que se vê preso o proletariado, acorrentado ao trabalho assalariado, à concorrência interna diante do novo fenômeno do desemprego, o pequeno capítulo "O Proletariado Industrial" vincula a ordem na qual serão expostas nos capítulos as diferentes categorias do proletariado a uma hierarquização analítica que ele opera entre essas diferentes categorias. Aparece aí primeiramente a tese segundo a qual o proletariado, a classe operária, nasce com a grande indústria, com a introdução do maquinismo. Mas, além disso, a importância do proletariado industrial vincula-se ao fato de ser ele "o núcleo do movimento operário", e de que "o nível de cultura dos diferentes trabalhadores está em razão direta com suas relações com a indústria, e, por conseguinte, os operários da indústria são os mais instruídos de seus próprios interesses, os das minas o são menos e os

da agricultura quase não o são ainda". Não é à toa, assim, que o capítulo "Movimentos Operários" aparece ordenado após os dois capítulos que tratam dos ramos industriais e antes dos dois capítulos subseqüentes sobre o proletariado das minas e o proletariado agrícola. No entanto, antes dessa análise das diferentes categorias do proletariado assim ordenadas, Engels propõe-se a fazer a análise da situação comum sofrida pelo conjunto dessas categorias, e isso ele o faz através da descrição e análise das grandes cidades e do peso dos bairros operários, da influência da imigração irlandesa como fator adicional à concorrência interna ao proletariado no mercado de trabalho, e dos "resultados", refletidos na "situação física, intelectual e moral" dos trabalhadores, da "concorrência" e da vida nos bairros operários das grandes cidades.

Assim, a influência da literatura contemporânea sobre a "condição física e moral" dos operários aparece internamente aos capítulos do livro de Engels, mais que no próprio plano aparente da obra. A ênfase nas condições sanitárias e na superpopulação dos bairros operários aparece tanto no capítulo das "Grandes Cidades" como no capítulo "Resultados", e neste último a ênfase em temas como a alimentação, o alcoolismo, a carência de médicos, a mortalidade, a "condição moral", a instrução e educação infantis, a desregulação sexual, o crime, coincidem com os temas dominantes das obras e inquéritos sobre a "situação dos trabalhadores" feitos geralmente por médicos. A observação do plano da obra de Gaskell (1833, reimpressão 1972) pode nos ajudar a ilustrar isto.<sup>5</sup> É de notar uma ênfase maior, no plano de Gaskell, em temas como a "influência da temperatura e maneiras sobre o desenvolvimento físico e sobre a moral", "a influência da separação das famílias", "hábitos domésticos" etc. Por outro lado, deve-se notar a importância dada à introdução da máquina a vapor explicitamente na introdução e no capítulo 11, assim como se deve assinalar a importância dada ao trabalho infantil como indicador por excelência das "condições físicas e morais" por que estava passando a população trabalhadora, como mostra a chamada ao tema no próprio subtítulo da obra.

Essa literatura sobre as "condições físicas e morais" da classe trabalhadora insere-se numa concepção física e biológica das relações

sociais e da sociedade. O próprio termo *condição* sugere a influência preponderante do *meio*, o determinismo de ações que se exercem sobre a vida, *de fora*, externamente ao objeto. Essa "história natural da vida" dominante na literatura médica e biológica do século XVIII, e sistematizada por Lamarck, é tomada de empréstimo ou simplesmente estendida para o domínio das relações sociais pelos analistas sociais da época (que incluíam muitos médicos e sanitaristas). Esse determinismo do meio físico, das "condições físicas", prolonga-se tomando a forma de um determinismo psicofisiológico, atingindo também o comportamento, o pensamento e a prática da população trabalhadora, constituindo-se nas "condições físicas e morais" da classe trabalhadora (cf. Murard & Zylberman, pp. 66-72). A construção e análise do "campo semântico" através do qual se exprime a ideologia subjacente à literatura das "condições físicas e morais" da nova classe trabalhadora das cidades é feita por Boltanski na análise da literatura sobre a puericultura — um setor do conjunto da literatura que retrata a ofensiva da higiene pública, a sua "missão civilizatória", na domesticação da classe trabalhadora europeia no século XIX e início do século XX (Boltanski, 1969, pp. 47-52).

Por um lado, é interessante assinalar que essa concepção "psicofisiológica" das relações sociais, particularmente no que concerne à classe trabalhadora, é suficientemente forte no pensamento burguês, a ponto de a burguesia erigir suas utopias baseadas nessa concepção. Tal é o caso das vilas operárias ou mesmo cidades construídas e mantidas por companhias que exercem sua dominação territorial a partir de sua fábrica ou mina na localidade. Com efeito, essas vilas operárias e cidades, mais do que simplesmente funcionais à produção, são instrumentos estratégicos de formação, educação, domesticação e transformação da classe trabalhadora real, com suas tradições e disposições culturais, no modelo que a burguesia se faz da classe trabalhadora. E aí o meio físico, a disposição da cidade e das casas, as instituições criadas pela companhia, são elementos para moldar ou pretender moldar uma nova classe operária segundo a crença no determinismo "físico e moral". Para uma visão descritiva e analítica dessas "utopias burguesas", constituídas em oposição à classe trabalhadora formada "espontaneamente" (isto é, sem uma preocupação maior da burguesia com a vida da classe trabalhadora

fora da produção) nos bairros operários das grandes cidades, cf. Murard & Zylberman (1976), Buder (1967) e Leite Lopes (1979).

Por outro lado, a força das concepções positivistas no campo intelectual em que se insere a produção literária socialista, tornando-as como que um consenso implícito no discurso, "naturalizam", também para a produção socialista, o determinismo físico e por vezes até o determinismo psicofisiológico presente na literatura sobre a nova classe operária ou sobre as relações sociais que a envolvem.

Podemos tomar também como exemplo desse grupo de obras contemporâneas ao surgimento da classe operária os trabalhos do "conselheiro de Estado", senador, inspetor-geral das minas, comissário geral das Exposições universais de Paris e Londres, o francês Frederic Le Play, que se particulariza por desenvolver um método de observação direta que alia o registro de informações subjacentes a uma atividade profissional de engenheiro de minas à pesquisa monográfica própria.<sup>6</sup> Essa pesquisa própria é publicada de 1877 a 1879 em seis volumes, com o título de *Les ouvriers européens*, compreendendo um primeiro volume sobre "o método de observação", um segundo sobre os "operários do Oriente", um terceiro sobre os "operários do Norte" e mais três outros volumes sobre os "operários do Ocidente". (Uma segunda obra, *Les ouvriers des deux mondes*, prolonga a obra *Les ouvriers européens*.) As observações e levantamentos de Le Play se estendem, segundo a citação da nota 5, da data da publicação do livro de Gaskell até os anos 1860 e 1870, quando suas obras são publicadas. O caráter abertamente conservador da obra de Le Play que, no entanto, procura basear-se na "observação dos fatos sociais", contribui para o sucesso de sua acolhida nos meios empresariais e governamentais quando de sua publicação: a essa altura as obras de Le Play encontram ressonância na preocupação diante do agravamento da "questão social urbana", da "questão da habitação", dos aspectos sanitários e disciplinares subjacentes a essas "questões". Assim, além de sua contribuição aos métodos de observação direta, de inquéritos "monográficos", Le Play expressa também a preocupação das classes dominantes do final do século XIX, na interferência planejada na vida extratrabalho da classe trabalhadora, na sua "domesticação". A ênfase temática de Le Play no estudo da família, da propriedade, da religião, além do estudo do trabalho, sua visão nor-

mativa de uma *famille-souche* ligada à pequena propriedade, seja camponesa ou artesanal, e o sucesso da grande indústria em meio rural ou na pequena cidade que consegue recriar algo como uma “aldeia industrial” oferecendo pedaços de terra para o cultivo dos operários em suas horas de lazer, vão de encontro à preocupação de setores das classes dominantes com o conjunto da vida da classe trabalhadora e não somente com a sua compulsão ao trabalho, forçada pela ameaça do desemprego e da fome.

Engels, em *A questão da habitação*, outra obra-marco de referência sobre a discussão das “condições de vida das camadas populares”, desta vez no final do século XIX, fornece indicações sobre o que seria uma segunda fase da literatura sobre as “condições físicas e morais” dos trabalhadores, centrando-se na crítica à literatura burguesa alemã sobre a questão da habitação (cf. Engels, 1969, segunda parte: “Como a Burguesia Resolve a Questão da Habitação”). Engels aponta para a eficácia da literatura médica e social sobre a classe trabalhadora e a incorporação pela burguesia da necessidade de medidas legislativas e “educativas” da limitação da dilapidação da força de trabalho na produção e de medidas sanitárias e disciplinares diante da ameaça de “contágio” que os bairros operários representavam em termos de epidemias, crimes e revoltas para os bairros burgueses das mesmas grandes cidades. Preocupado em polemizar com um representante do ressurgimento da literatura das condições sociais dos trabalhadores, sob roupagens mais marcadamente burguesas, nas condições da Alemanha, Engels tende a passar a idéia de que tal ressurgimento literário é nada mais que uma farsa relativamente à literatura original, em particular a inglesa.<sup>7</sup> Produzindo excelentes observações sobre o *cottage system*, a existência de casas para os operários de propriedade da própria fábrica onde trabalham, Engels mostra como as aparentemente novas proposições de ligar o operário à casa da fábrica, ao jardim anexo etc. são práticas antigas desde o fim do século XVIII e início do XIX diante das quais assume e sistematiza a crítica dos trabalhadores à forma de dominação que elas implicam. Desde, aliás, a *Situação da classe trabalhadora* que Engels esmiúça as diferentes formas, por um lado, da “exploração escandalosa da miséria” e, por outro, do “poder imenso da propriedade fundiária concentrada nas mesmas mãos do capital industrial” que

o *cottage system* pode propiciar (as duas expressões estão explicitamente formuladas em Marx, 1960, III, 3, cap. XLVI, p. 157). Além disso, a observação de Engels sobre os bairros operários desde 1844 (*Situação da classe trabalhadora*) a 1872 (*A questão da habitação*) o habilita a perceber o "transbordamento" e as contradições internas ao crescimento dos bairros e cidades industriais gestadas a partir do *cottage system* como solução "antiurbanística", antibairro operário tradicional das grandes cidades (cf. Leite Lopes, 1979, pp. 59-62). No entanto, produzindo essas ricas observações a partir da polêmica com o Dr. Sax, Engels acaba minimizando a importância dessa retomada da literatura burguesa sobre a "questão social", como sucesso mesmo da literatura da fase anterior e sua interiorização pelas classes dominantes do final do século defrontadas com o agravamento das contradições sociais. Passa despercebida assim a configuração de uma estratégia da parte das classes dominantes, onde Le Play, por exemplo, é autor representativo, de "domesticação" da classe trabalhadora (em contraposição à "disciplina pela fome"), em que as qualidades que passam a ser atribuídas ao *cottage system*, às vilas operárias, mineiras etc., redefinidas, são sintomáticas da experimentação e constituição de uma nova disciplina imposta à classe trabalhadora. Não é por acaso, assim, que Engels só vê como método da burguesia para resolver o problema da habitação à sua maneira, o "método Haussmann" — isto é, um método de resolução tal que recria sempre a questão a resolver — que é um método próprio à grande cidade; e não vê os métodos em processo de recriação e aperfeiçoamento nas grandes indústrias das pequenas cidades, das vilas operárias e das minas (cf. Engels, 1979, p. 88). Estudos posteriores, nossos contemporâneos, mostram, a partir da própria literatura médica, sanitária, de inquéritos sociais e de fontes patronais desse período, como as cidades mineiras, metalúrgicas e têxteis que viviam em função de uma grande indústria são como que campos de experimentação na formação e inculcação de uma nova disciplina da classe trabalhadora, incorporando um saber e práticas provenientes de fontes aparentemente tão díspares como as fontes militares, sanitárias, penitenciárias e pedagógicas (cf. Foucault, 1975 e Murard & Zylberman, 1976).

O exemplo das obras de Engels aqui mencionadas, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* e *A questão da habitação*, indi-

ca-nos como a literatura socialista, até bem pouco tempo, não se tem mostrado analiticamente preocupada com os aspectos ligados à reprodução da classe trabalhadora, mas sim com a produção, lugar estratégico da dominação mas também *locus* gerador da transformação e da mudança. As observações e pistas analíticas de Marx no livro 1 do *Capital* (cf. nota 2) podem fundamentar análises posteriores voltadas para a reprodução da classe trabalhadora, mas estão inseridas e diluídas num plano da obra muito mais abrangente e passam despercebidas. As “condições” de reprodução da classe trabalhadora, tratadas pela literatura socialista da época como conseqüências diretas da dominação na produção, ou não são prioritárias para a elaboração de conhecimentos originais (cf. *A questão da habitação*), ou são relegadas a “conseqüências” e portanto são retomadas da literatura de origem médico-sanitária sem uma crítica de seus pressupostos (cf. *A situação...*). Dessa forma, a literatura conservadora é a que acaba fornecendo material para o estudo dos aspectos ligados à reprodução da classe trabalhadora – família, habitação, “moral” e ideologia – mesmo através da ótica etnocêntrica da classe dominante que é própria dessa literatura. Ela tem a iniciativa da análise ou da proposta de temática enquanto a literatura socialista a endossa nos seus aspectos de denúncia da “questão social” ou a combate como paliativo ou desvio de questões fundamentais.

Na Rússia, a literatura sobre a “situação da classe trabalhadora” do final do século XIX apresenta algumas particularidades, especialmente a afirmação do caráter capitalista de uma indústria em desenvolvimento embora aparentemente diluída diante da imensidão rural do país e aparentemente descaracterizada historicamente diante do peso de fábricas localizadas no *manoir* feudal e fábricas estatais, ambas utilizando trabalho servil. Essa preocupação aparece em grau crescente em três obras tomadas aqui como representativas dessa literatura, e publicadas em 1898 (as duas primeiras) e 1899 (a última): *O regime econômico da Rússia* (Kovalewsky, 1898), *A fábrica russa no século XIX* (Tougan-Baranovsky, 1970) e *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (Lenin, 1969). Embora, como os títulos indicam, essas obras não tivessem a intenção de tratar na sua totalidade da “situação da classe trabalhadora” (ou talvez se pudessem argumentar inversamente que, dada essa preocupação russa par-

ricular, não é à toa que essas obras não se dedicassem na sua totalidade a esse assunto), essa questão permanece subjacente a esses trabalhos, na medida em que acompanha, como admitem os autores, a fábrica e a industrialização. Para Kovalewsky, a configuração de uma *questão operária* — (à qual é dedicado um capítulo de seu livro) semelhante à experiência de outros países, colocando em jogo a luta pela redução da jornada de trabalho, estabelecimento de salários menos injustos, e a constituição de conflitos do trabalho e de um movimento operário — tem de ser feita após um trabalho de destruição preliminar da argumentação patronal do caráter sazonal da indústria russa decorrente da metamorfose sazonal de parcela ponderável da classe operária russa em campesinato, justificando assim a manutenção da longa jornada, dos baixos salários, das péssimas condições de trabalho. É ressaltado o papel das vilas operárias de fábrica que os industriais estabelecem para seus operários, na "obreirização" de uma força de trabalho nômade e ligada ao campesinato. O livro de Tougan-Baranovsky é rico na análise e descrição da transformação dos trabalhadores fabris russos de sua condição servil na sua condição assalariada, das características dos conflitos do trabalho em ambas as situações, da flutuação dos salários reais e da visão das relações sociais na fábrica em ambas as situações pela "opinião pública" e a constituição de uma "questão operária". Já na obra citada de Lenin, sua preocupação no combate aos "populistas" e na afirmação da inevitabilidade de a luta pelo socialismo ser travada com o capitalismo implantado — e o livro é uma demonstração minuciosa de sua implantação, transformando a agricultura e a indústria russa — realça certos aspectos da relação dos produtores diretos com a grande indústria, como a mobilidade e a liberdade de residência, propícios à sua associatividade, deixando de lado a deterioração sob vários aspectos da vida dos produtores diretos sob a grande indústria. As condições em que é produzida a literatura russa não favorecem que esses autores adotem, como referencial analítico, o ponto de vista da classe trabalhadora — e isso ocorre apesar de serem críticos ao regime russo, e mesmo nos mais comprometidos com o reprimido e clandestino movimento operário russo — em contraste com as duas obras de Engels em que nos detivemos, particularmente *A situação da classe trabalhadora* (cf., como ilustração, a carta, dirigida por Engels à clas-

se trabalhadora da Inglaterra, assumindo o ponto de vista da classe, que inicia o livro). Não que os autores da literatura sobre “as condições de vida” da classe trabalhadora freqüentemente adotem o ponto de vista da classe como referencial analítico; ao contrário, grande parte dessa literatura descreve os trabalhadores do ponto de vista da burguesia ou sob o mandato de setores estatais representando os interesses a longo prazo do modo de produção — o que não exclui que sua produção eventualmente atenda aos interesses da classe trabalhadora e alguns desses autores se tornem seus aliados. Mas o que é interessante no caso russo é o entrave a que autores críticos ao regime social do país adotem o referencial analítico dos trabalhadores.

É interessante notar como no início do século XX parte da literatura sobre a “condição de vida” dos trabalhadores, com pontos semelhantes da temática relativamente à literatura “médica” inicial (cf. Gaskell, Villermé etc.), passa a ser usada — e de uma maneira analítica muito menos elaborada que *A situação* de Engels — por autores trabalhando organicamente para o movimento operário. É o caso do livro *La vie ouvrière en France*, publicado em 1900 pelos irmãos Fernand e Maurice Pelloutier, o primeiro dos quais um incansável sindicalista, principal articulador do movimento das “bolsas do trabalho” (*bourses du travail*) na França. O plano do livro faz transparecer semelhanças com a literatura das “condições físicas e morais” dos trabalhadores, particularmente os temas do trabalho infantil, do trabalho feminino, da “mortalidade nas classes pobres”, do “desemprego e miséria” e do “alcoolismo”. Essas semelhanças são temperadas com capítulos onde a influência do trabalho de assessoria às bolsas do trabalho,<sup>8</sup> que possuíam um interessante serviço de estudos econômicos e estatísticos, faz-se sentir, tais como a “duração do trabalho”, os “salários”, a “mortalidade profissional” e um capítulo sobre o custo de vida.<sup>9</sup> Essa temática voltava a ter a mesma função de denúncia para autores vinculados ao movimento operário, como no caso anterior de Engels — embora sem a mesma visão geral do surgimento do capitalismo industrial e a percepção das formas de dominação pesando sobre as diferentes partes da classe trabalhadora que continha *A situação* — dividindo seu tempo entre as atribuições exaustivas do movimento sindical e a preparação desse livro. A eficácia do livro

junto aos militantes sindicais franceses do início do século XX parece comprovar-se pela adoção do nome *Vie Ouvrière* dado a uma revista sindical bimensal de sindicalistas revolucionários, que se diziam continuadores de Pelloutier, conhecidos posteriormente como grupo *Vie Ouvrière* (cf. Monatte, 1976, p. 70), que davam importância a uma linha de educação e aprofundamento de estudos dentro do sindicalismo (o nome *Vie Ouvrière* foi adotado posteriormente pelo jornal da CGT, que tem essa denominação até hoje). É interessante assim o destino do título do livro e da concepção temática a ele subjacente, que se transforma numa categoria mais geral, seja na sua utilização no movimento sindical, seja na sua utilização como nova forma tomada pela categoria "condições físicas e morais", "situação", ou "condições de vida" dos trabalhadores, retomada e difundida em estudos posteriores. A expressão *Vie Ouvrière* assume assim um significado temático para obras de estudo sobre a classe operária, passando a ser particularmente uma categoria da literatura histórica francesa posterior sobre a classe trabalhadora. Desse modo, o importante livro do historiador Duveau, *La vie ouvrière en France sous le Second Empire* (Duveau, 1946), relança a categoria, subentendendo, sob um plano que compreende a "evolução industrial e capitalista", "as condições do trabalho", o "salário e o custo de vida", e os "costumes" (*les mœurs*), uma análise densa e sensível à importância das "mentalidades coletivas" e da "ideologia" como marca da influência da "escola sociológica francesa" (através de Bouglé). No entanto, apesar de haver uma preocupação crítica quanto à qualidade das informações passadas pelos autores-fonte, essa preocupação concretiza-se mais na checagem das informações objetivas e está menos aparelhada para relativizar certas apreciações desses autores sobre o comportamento dos operários. Assim, o texto não se distancia suficientemente dos preconceitos implícitos nas suas fontes de informação da época do Segundo Império, que são os autores franceses oficiais da literatura sobre as "condições físicas e morais da classe trabalhadora" (Le Play, Villerme, Audiganne, Reybaud, Jules Simon, Leroy-Beaulieu etc.), particularmente no capítulo 4, "Les Mœurs", quando trata dos "hábitos familiares" da classe operária (a respeito de menção aos "observadores oficiais" da classe operária francesa no século XIX, cf. Donzelot, 1980, p. 35). A categoria reaparece em

Pierrard (1965) e Lefranc (1975).<sup>10</sup> Deve-se salientar que em nenhuma dessas obras há uma análise do significado da expressão "vie ouvrière". Nesse sentido ela é "naturalizada", e não há também menção ao seu emprego anterior por outros autores. No caso de Pelloutier, "vie ouvrière" podia estar impregnada do "biologismo" comum à análise das relações sociais na época; assim como no caso de Duveau, a expressão poderia querer significar a ênfase no comportamento e no pensamento, nos aspectos subjetivos de uma classe voltada especialmente para a matéria.

A categoria "vie ouvrière", forma assumida pela temática das "condições de vida", das "condições físicas e morais" da classe trabalhadora diante da necessidade de denúncia da sua situação e diante da necessidade de que a própria classe "conheça e aprenda com sua própria miséria" (Pelloutier) retrata assim, de uma certa maneira, a adoção do ponto de vista do trabalhador para expressar a sua própria situação. Dizemos "de uma certa maneira" porque o fato de estar organicamente vinculado ao movimento operário da época não impede Pelloutier de perder-se na problemática dada pela literatura "oficial" sobre as "condições físicas e morais" da classe trabalhadora, usando-a para efeitos de denúncia, sem que crie uma nova problemática de autoconhecimento da própria classe trabalhadora: se a classe deve "conhecer e aprender com sua própria miséria" (Pelloutier), ela deve livrar-se da imagem de sua "miséria" produzida por observadores externos à classe, e criticar os pressupostos etnocêntricos dessa imagem. A pretensão na adoção do ponto de vista do trabalhador — feita por Pelloutier enquanto sindicalista revolucionário, organizador das bolsas do trabalho, mas de origem não-operária — será levada ao limite, através da metamorfose do autor em operário em carne e osso, submetido às suas "condições" de trabalho e de vida. Essa metamorfose será realizada posteriormente por uma escritora, passando também por ligações com sindicalistas revolucionários, que trabalha durante alguns anos como operária, e nessa qualidade extrema de "observação participante" escreve entre 1934 e 1942 anotações sob forma de diário, de cartas e de artigos, que compõem *A condição operária* (cf. Weil, 1969). As "condições de vida" dos trabalhadores nesse caso, para serem expressas de forma profunda, passam pelo "estágio" do autor como operário em carne e osso,

e assumem a forma da categoria *condição operária*, implicando a vivência cotidiana da exploração e da opressão no processo de produção fabril. A ênfase temática desloca-se para o desvendamento das sensações, do comportamento e do pensamento do operário nas regiões recônditas do "laboratório secreto" da produção capitalista. Esse registro continuado, utilizando-se ao máximo dos recursos da "sinceridade sistemática", dos "imprevistos da vida real" (Malinowsky), associados à auto-avaliação da trajetória peculiar do autor e à análise da situação de objeto em que se coloca o autor para melhor entender seu objeto passando por suas próprias sensações e por sua posição específica para comunicar-se com seus semelhantes operários, acaba revelando aspectos desconhecidos da literatura produzida por observadores externos da classe trabalhadora — particularmente da que registra os aspectos materiais mais externos das "condições físicas" e das "condições morais" que pouco incorporam a lógica própria da moral da classe ou de subgrupos específicos da classe. Não é por acaso que essa "metamorfose" do autor em "objeto", propiciando como subproduto dessa transformação — cujo móvel tem aspectos éticos e ideológicos — um conhecimento inédito e aprofundado do objeto, se faz associada ao conhecimento do processo produtivo da fábrica, do "laboratório secreto" da produção capitalista. O livro posterior, nosso contemporâneo, *L'Établi [Greve na fábrica]* — retratando "metamorfose" semelhante do autor em operário fabril sob a forma acabada de depoimento com perfeição formal de romance, e que desvenda simultaneamente a experiência de uma geração de "amigos da classe operária" com seu duro processo de conhecimento da classe, inclusive através dos próprios erros, e o caráter multifário da dominação exercida sobre a classe operária, que implica sua diferenciação e divisão interna, assim como sua resistência cotidiana a essa dominação —, tem, portanto, como precedente a obra fragmentar de Simone Weil e sua visão da *condição operária* (cf. Linhart, 1978; outro depoimento a partir de um "estágio" fabril é feito pelo húngaro Haraszti, 1976).

Por outro lado, a relevância em termos de conhecimento dessas obras produzidas a partir da "metamorfose do próprio autor em objeto" incentiva o resgate das obras dos poucos autores-operários, geralmente relatos autobiográficos (cf., por exemplo, os ingleses Lo-

vett e Banford, os franceses Perdiguier, Nadaud, Dumay, Poulot, a boliviana Domitila, e a incipiente, mas com tendência ao florescimento, literatura similar nacional, como os depoimentos de Manuel do Ó, Abdias dos Santos e Ignacio Hernández).

Outros autores do início do século XX assumem o ponto de vista da classe trabalhadora, embora não mais observadores contemporâneos ao surgimento da classe, mas historiadores desse surgimento. Muitos dos clássicos da "história do trabalho", como os Webbs, Mehring, Bernstein, Mayer e Dolleans, inicialmente não tinham vinculação com a universidade, embora a erudição acadêmica não faltasse às suas obras. Inversamente, muitos desses historiadores do trabalho, mesmo quando tinham vínculos universitários como os Hammonds, surgiram próximos a setores do movimento operário da época (cf. Hobsbawm, 1977). A série de obras dos Hammonds, *The Village Labourer*, *The Town Labourer* e *The Skilled Labourer*, todas estudando o período 1760-1832 e *The Age of the Chartists*, referente ao período 1832-1854, constituem-se num vasto trabalho sobre a história da Revolução Industrial e suas repercussões sobre a classe trabalhadora. "Uma única história tem sido vastamente esboçada: é a história da maneira como essa classe [a classe governante] governou a Inglaterra. Os autores deste livro têm tentado descrever a vida dos pobres durante esse período. É seu objetivo mostrar o que de fato estava acontecendo com as classes trabalhadoras sob um governo no qual não tinham a menor participação" (Hammond, 1913: *The Village Labourer*). O primeiro livro procura analisar as mudanças sofridas pelo trabalhador rural a partir do *Parliamentary Enclosure*, assim como a sua revolta de 1830. O *The Town Labourer*, subtítulo "The New Civilization", procura dar um panorama das "condições sociais criadas pelas grandes mudanças da Revolução Industrial", descrevendo o "caráter geral da nova vida da cidade e da fábrica, as idéias e dificuldades da classe no poder e a perspectiva e a disposição mental (a têmpera) dos trabalhadores". O *The Skilled Labourer* trata "da história detalhada de categorias particulares de trabalhadores qualificados durante aquelas mudanças". No *The Age of the Chartists* os autores procuram descrever "a sociedade que veio à luz pelas grandes mudanças do período, o espírito daquela sociedade, os pri-

meiros esforços para regular sua vida, e a revolta que distinguiu essa fase da história inglesa". Certos temas da literatura anteriormente analisada, das "condições físicas e morais" dos trabalhadores, voltam nos livros dos Hammond a aparecer, embora sob a viva e atraente forma de exposição dos autores e acrescidas da pesquisa de novas fontes documentais como novos relatórios de comissões parlamentares de inquérito e o acesso aos arquivos do Home Office, que pela primeira vez são utilizados para fins historiográficos. Assim, volta a aparecer a ênfase, no livro *The Town Labourer*, no trabalho infantil, onde os autores dedicam dois capítulos ao tema, considerando "o emprego de crianças numa vasta escala durante a primeira fase da Revolução Industrial" como "a característica social mais importante da vida inglesa" (Hammond, 1977, p. 143). No livro *The Age of the Chartists*, reaparecem velhos temas, tratados, no entanto, sob a forma de uma visão geral da exploração e dominação sobre a classe trabalhadora: voltam os temas do "estado das cidades", "a nova lei dos pobres", "a bebida", "educação", "religião", e "a batalha da saúde pública". Novos temas aparecem (no *The Age of the Chartists*) como "The Loss (a perda) of playgrounds" (dois capítulos), "A revolta" (dos cartistas), "O duelo do proprietário de terras com o industrial", "As origens da cultura popular", e "As origens do divertimento comum". Assim também em *The Town Labourer*, os Hammond dão especial atenção, por um lado, aos mecanismos da dominação, expressa nos capítulos sobre "a nova disciplina", "a justiça", "a ordem" e "a guerra aos sindicatos", e, por outro lado, ressaltam a preocupação com as "mentalidades coletivas", com a ideologia e a "consciência de classe", em capítulos tais como "A mente dos ricos" ("The mind of the rich"), "A consciência dos ricos", "As defesas do pobre", "A mente do pobre" ("The mind of the poor") e "As ambições dos pobres". Os antigos temas da literatura sobre as "condições físicas e morais" dos trabalhadores são retomados, portanto, pelos Hammond inseridos numa visão geral articulada do processo da Revolução Industrial semelhante à visão de Engels em *A situação*, acrescida de um tratamento mais esmiuçado da dominação ideológica e institucional das classes no poder na Inglaterra, e envolvidos na preocupação de desvendar as "mentalidades coletivas" e as ideologias de classe.

A obra dos Hammond, talvez porque situada no campo acadêmico, talvez pelo sucesso mesmo da virulência do ataque às classes dominantes sob a Revolução Industrial e o brilhantismo de suas análises gerais sobre as disposições coletivas das classes, provocou uma enorme reação de uma gama de historiadores acadêmicos ingleses e norte-americanos a partir do limiar da década de 1930. As obras *The Economic History of Modern Britain*, de sir Clapham, cujo volume 1 é de 1926, *London Life in the Eighteenth Century*, 1930, do Dr. Dorothy George, *Industrial Revolution* do professor Ashton, 1948, com o apoio econômico de Rostow em *British Economy in the Nineteenth Century*, 1948, e o apoio sociológico de Smelser em *Social Change in the Industrial Revolution*, de 1959, são as obras mais marcantes desse contra-ataque à visão prevalecte entre investigadores e pesquisadores das mais variadas opiniões políticas, tida agora pelos "contra-atacantes" como "catastrófica" e "pessimista". (Essa contra-ofensiva inicia-se quando as principais obras dos Hammond estão publicadas, *The Village Labourer* em 1913, *The Town Labourer* em 1917, *The Skilled Labourer* em 1919; *The Age of the Chartist* é de 1930.)

Ao contrário de toda a literatura analisada anteriormente neste artigo, a polêmica, inaugurada pelos Hammond, sobre a situação da classe trabalhadora sob a Revolução Industrial, se dá no interior ou próxima às instituições universitárias. O contra-ataque aos Hammond já possui um caráter massivo que a universidade e sua formação de "pensamentos de escola" (cf. Bourdieu, 1974) — com seus discípulos, repetidores e vulgarizadores — permite, ao contrário dos meios "artesaniais" de formação de "escolas de pensamento" características dos autores anteriores, produzindo fora da universidade. Esse contra-ataque ilustra também a reprodução e o crescimento da hegemonia da teoria econômica "formalista", "neoclássica", sobre os vários domínios das ciências sociais, inclusive a história econômica e a história social.

Com efeito, num primeiro momento, esses autores críticos de uma visão tida como "pessimista" da Revolução Industrial fazem objeções aos documentos, às fontes e às "provas" usadas pelos autores anteriores, centrando-se principalmente nos Hammond. A deformação empirista subjacente à produção desses críticos — consistindo

na valorização exclusiva das fontes suscetíveis de quantificação, eliminando-se assim o "subjetivismo" das fontes qualitativas de observadores diretos "não-imparciais", "comprometidos" — concentra seus esforços na destruição das fontes dos Hammond e conseqüentemente no caráter infundado e "ideológico" de suas análises mais gerais. Essa crítica inicial representa uma contribuição importante na medida em que relativiza análises empíricamente mal fundamentadas e intensifica o rigor empírico da argumentação. Por outro lado, estudos parcializados, produzidos por esses autores e seus seguidores — embora perdendo o domínio da compreensão do contexto social e político global daquele período histórico que trabalhos como os de Engels e dos Hammond possuíam — lançam luz sobre processos econômicos subjacentes aos problemas do crescimento econômico: o ônus dos investimentos pesados diferindo para o futuro o consumo da população, os movimentos dos termos de troca entre países europeus, as "imperfeições" dos mercados, a deflação do pós-guerra napoleônico etc. (cf. Thompson, 1968, p. 223).

No entanto, a partir desse primeiro momento estimulante de crítica empírica, de um trabalho de destruição "pontualizada" que mina a argumentação "pessimista" e solapa a credibilidade da sua análise do processo político e social geral do período, os autores críticos ao "pessimismo" — mas que pela sua simples crítica empírica não se mostravam abertamente "otimistas" (o que pressuporia uma outra "visão geral") mas simplesmente defensores do rigor empírico e lógico — passam a compor e extrapolar, a partir dos estudos parciais, uma outra visão geral, não só "otimista" quanto ao período em questão, mas de defesa da sociedade capitalista tomada por definição como "uma sociedade livre". Essa composição de uma nova visão geral tem como marco o livro *Capitalism and the Historians*, organizado por F.A. Hayek, a partir de um simpósio de historiadores, em 1954.

Um verdadeiro "campo de batalha" acadêmico, segundo a expressão de Thompson (1968), forma-se em torno da questão dos *níveis de vida* ou do *padrão de vida* na Inglaterra da Revolução Industrial. Essas duas categorias, tomadas aqui como vinculadas a esse "campo de batalha", representam outra forma assumida pelo tema das "condições de vida" da classe trabalhadora, desta vez no contex-

to do campo de forças hegemônico pela produção acadêmica caracterizada pela obsessão, em todos os campos das ciências sociais, pela teoria econômica "formalista" (cf. o tratamento dado a essa "obsessão" em artigos anteriores; Leite Lopes, 1971 e 1977). Duas respostas são dadas a essa contra-ofensiva: uma primeira, respondendo a Clapham, feita pelos Hammond em 1930 (artigo "The Industrial Revolution and Discontent", in *Economic History Review*, 1930); outra mais recente, por Hobsbawm, no artigo "O padrão de vida inglês de 1790 a 1850", publicado em 1957 (cf. Hobsbawm, 1974). A resposta dos Hammond reconhece as observações empíricas de Clapham quanto ao fato de as séries estatísticas de salários reais apontarem para uma melhoria no padrão de vida do período, mas reafirma que as séries estatísticas são impotentes na apreciação da avaliação qualitativa feita pelos próprios contemporâneos do período (o que Clapham também reconhece). A resposta de Hobsbawm é dada aceitando taticamente as armas escolhidas pelos adversários, isto é, a discussão em torno das séries estatísticas disponíveis.

A propósito, esse processo de limitação temática (abstração do contexto político e social geral do período histórico) e de consagração das fontes legítimas, as fontes quantitativas (não importa sob que artifícios foram estabelecidas, os quais são passados sob silêncio) — o "fetichismo da estatística" (Bourdieu, 1963) — e o esoterismo do debate produzido sobre um assunto que, no entanto, interessa a um público maior porque diz respeito ao conjunto da população, lembram-nos, guardadas as proporções, alguns debates "tupiniquins", sobre a distribuição de renda, por exemplo (cf. Leite Lopes, 1973).

O que nos interessa particularmente nesse debate, além da nova forma que assume a discussão sobre as "condições de vida" da classe trabalhadora, é como se acumulam as condições, sob a dominação difusa e eficaz das teses "otimistas" propiciada pela hegemonia dos mecanismos de reprodução próprios ao campo acadêmico e universitário, de uma superação dessa nova ortodoxia, que vai no sentido do aprofundamento do referencial analítico representado pela incorporação teórica do ponto de vista da classe trabalhadora. Essa superação, que não significa a inviabilização da corrente oposta,

a qual se nutre da própria ideologia dominante e sua sofisticação própria no campo acadêmico, é representada pela obra já clássica *The Making of the English Working Class*, de E.P. Thompson, publicada em 1963.

O capítulo "Exploitation" (Thompson, 1968, cap. 6) submete esse debate a uma avaliação crítica, e o autor não se furta à discussão detalhada das relações sociais subjacentes aos temas da literatura do "padrão de vida", os bens materiais de consumo, a habitação, a saúde e a mortalidade e a infância (trabalho infantil) no capítulo 10: "Standards and Experiences", onde os "padrões" de vida são submetidos à análise das "experiências" culturais e das relações sociais em que está imersa a classe trabalhadora. Mostrando a irrelevância da "melhoria" material do padrão de vida de uma população que, passando por uma transformação social tão profunda, praticamente torna incomparáveis a situação inicial e a situação terminal do período correspondente à "melhoria", Thompson pode admitir que essa "melhoria" material tenha ocorrido, sem que, no entanto, os grupos sociais que se transformam na classe operária em construção deixem de sentir o período como de uma transparente intensificação da exploração econômica e da opressão política. Thompson mostra como essa literatura faz abstração das relações sociais entre as classes e sua profunda transformação concomitantemente à troca do sistema econômico e das formas de dominação de classe, e reconstitui analiticamente a experiência "catastrófica" de uma classe trabalhadora intensivamente explorada — embora irrelevantemente "melhorada" em termos monetários e materiais se cotejada com a sua situação anterior incomparável de relações sociais camponesas ou artesanais de um horizonte material tão diverso — através da experiência de expropriação e exploração de diferentes grupos constituintes da classe trabalhadora: os trabalhadores rurais, os artesãos e os tecelões manuais. Além disso, mostra a importância de fatores aparentemente tão distantes, como as transformações religiosas de setores da classe trabalhadora inglesa influenciada pelo metodismo e outras seitas dissidentes, na disciplina para o trabalho, mas também na expressão cultural das classes dominadas inglesas.

Por outro lado, municiado na oposição a toda essa fase de ortodoxia "otimista", Thompson pode voltar-se à revisão e à crítica

de aspectos de suas fontes inspiradoras "pessimistas" e "catastróficas" com as próprias armas forjadas no combate ao economicismo dos "otimistas". Assim, a tese do surgimento automático da classe operária a partir da máquina, a tese da conjugação do vapor com a fábrica têxtil de algodão produzindo não somente a classe operária, mas o movimento operário (cf. a identificação da classe operária com a máquina feita pelos autores contemporâneos à Revolução Industrial como Gaskell e Engels, e cf. a tese do "núcleo" do movimento operário de Engels), são submetidas à crítica de Thompson, como simplificadoras de um processo mais complexo de constituição de uma classe, pressupondo uma identidade comum entre os diversos grupos sociais de trabalhadores e contra os interesses de outras classes, pressupondo a construção de instituições autônomas da classe, tradições intelectuais, padrões comunitários próprios e um sentimento comum da classe. Esse processo de construção de uma consciência de classe, de formação de uma cultura de classe, pressupõe a continuidade com a classe trabalhadora e o movimento operário anteriores à introdução das máquinas e ao início da generalização da grande indústria. Esse processo de constituição da classe é portanto um processo de *autoconstrução* política e cultural, tanto quanto econômica, e as transformações operadas pela Revolução Industrial não são transformações externas aplicadas a uma matéria-prima de pessoas indiferenciadas que geram uma nova classe, mas passam pela internalidade das disposições culturais dos grupos sociais (Thompson, 1968, p. 213).

*The Making of the English Working Class* passa assim para a cena principal da literatura sobre a classe operária, o problema da cultura. A "consciência de classe" da classe trabalhadora passa a ser anatomizada em seus processos formadores mais díspares entre si, a ser empiricamente detalhada, e não mais apenas deduzida filosoficamente da "missão histórica do proletariado" ou das tendências do modo de produção capitalista em abstrato. Os trabalhos de Hobsbawm desde 1949, particularmente os consolidados no livro *Labouring Men*, publicado em 1964 (cf. Hobsbawm, 1974), atuam também no mesmo sentido. A literatura recente de história social sobre a classe trabalhadora é assim uma das matrizes principais para uma reapropriação "antropológica" do conjunto da literatura sobre

a classe operária. Na mesma linha dos trabalhos de Thompson e Hobsbawm, surgem mais recentemente os exaustivos estudos *Les mineurs de Carmaux (1848-1914)*, de Rolande Treppe (1971), e *Les ouvriers en grève, France 1871-1890*, de Michelle Perrot (1974). O estudo de Treppe sobre o processo de formação de consciência de classe de um grupo localizado de mineiros franceses, dispondo de uma documentação e de uma sensibilidade teórica que lhe permitem reconstituir esse processo ao nível da vida cotidiana dos mineiros, é como que um trabalho etnográfico de um antropólogo numa "comunidade" pequena, aliado às vantagens de distanciamento do trabalho historiográfico, permitindo informações aprofundadas das duas classes em confronto numa situação aguda de luta de classes. No capítulo sobre a "evolução do gênero de vida" ela pode tratar de temas recorrentes na literatura sobre "condições de vida" dos trabalhadores, os temas "habitação", "alimentação", "transformação do modo de alimentação", "transformação do modo de vida", "demografia", "modificações das mentalidades e comportamentos", "desemprego" e "acidentes de trabalho", controlando em detalhe as relações sociais e as disposições culturais subjacentes a esses aspectos. As denominações "modo de alimentação", "modo de vida", "mentalidades e comportamento" são sintomáticas a esse respeito, assim como a categoria *gênero de vida*.

Não só a tradição da literatura histórica mas também a sociológica nos interessa aqui, para efeito de um exame das transformações da categoria *condições de vida*, e para efeito de reapropriação com vistas à fecundação de trabalhos de pesquisa empírica em desenvolvimento. Entramos cada vez mais na tradição acadêmica, ao contrário da literatura dos contemporâneos do surgimento da classe operária.

Temos aí os trabalhos pioneiros de Halbwachs: *La classe ouvrière et les niveaux de vie* (1912), *Esquisse d'une psychologie des classes sociales* (1938), que dedica um capítulo aos "operários", e o artigo "Matière et Société" (republicado em 1974). É interessante notar, na primeira obra, como ao lado da importância dada às "representações" de classe em prosseguimento e precisão à escola de Durkheim-Mauss (particularmente os capítulos "Groupements Ruraux", "Les Conditions du Travail Ouvrier", e "Les Deux Aspects

de la Vie Ouvrière, Travail et Consommation”), Halbwachs entrega-se a uma análise exaustiva de pesquisas estatísticas de orçamentos domésticos em vários países europeus, a qual não consegue fecundar com a sua bagagem teórica das “representações coletivas” a não ser de forma simplista. O capítulo “Les Ouvriers” do supracitado *Esquisse d'une psychologie* (...) traz importantes considerações sobre o cálculo econômico dos operários, tendo em vista o salário e o esforço dispendido. Essas considerações são retomadas posteriormente na fundamental obra *Travail et travailleurs en Algérie* de Bourdieu (1963).

Coincidentemente, essa obra é publicada no mesmo ano da de Thompson: ambas, por vias distintas e paralelas, insistiam na importância da cultura e da interiorização das experiências de classe, não apenas de forma “teórica”, mas através da pesquisa empírica, sociológica/etnológica (Bourdieu), historiográfica (Thompson). As obras de Bourdieu sobre os trabalhadores e os camponeses argelinos abrem caminho para a pesquisa direta com grupos determinados de operários, não só pela sua utilização desde as técnicas de questionário às técnicas antropológicas da entrevista aberta e da observação direta, mas principalmente pela riqueza e densidade da análise a partir das representações coletivas e das práticas de grupos definidos de informantes (cf. Bourdieu, 1963 e 1977).

Alguns anos antes, na segunda metade da década de 1950, são publicados importantes trabalhos monográficos, seja na tradição antropológica/sociológica dos “estudos de comunidade” como *Coal Is Our Life* de Dennis, Henriques e Slaughter (1969; primeira edição em 1956), seja na tradição antropológica dos estudos sobre o parentesco, como *Two Studies of Kinship in London* de Firth (1956) ou *Family and Kinship in East London* de Young & Willmott (1975, primeira edição em 1957).<sup>11</sup> Tais trabalhos devem ser diretamente reapropriados para efeitos de pesquisas similares, Estamos aqui no domínio da pesquisa empírica direta, do trabalho de campo com grupos operários atualmente existentes. Esses trabalhos são como que uma extensão da tradição antropológica — através de temas, como o parentesco, ou unidades de pesquisa, como a “comunidade”, tradicionais na disciplina — a objetos relacionados à classe trabalhadora. Por contraste, outros estudos, pouco posteriores, também ingleses, fran-

camente na tradição sociológica, preocupam-se em caracterizar a classe operária, seus subtipos ideais, e a existência real de um desses "subtipos", o "trabalhador privatizado", através de pesquisa empírica sociológica diante do debate sobre o "emburguesamento da classe operária" (Lockwood, 1975; primeira edição em 1966, e Goldthorpe & Lockwood, 1969).

No entanto, o grande marco nessa década de 1950, em que começam a acumular-se trabalhos monográficos importantes, é a obra *The Uses of Literacy: Aspects of Working Class Life with Special Reference to Publications and Entertainments*, de Richard Hoggart, e publicada em 1957. Essa obra é como que "inclassificável", e segue aqui após as monografias sociológicas, um pouco por comodidade e um pouco por referência contrastante com seu livro, feita pelo próprio Hoggart. Esse autor é um crítico literário universitário, um professor de literatura que procura estudar a influência das publicações de massa sobre a cultura das classes populares. Mas para isso ele descreve, durante todo o livro, mais particularmente em sua primeira metade, o que seria a "cultura da classe trabalhadora". Essa descrição centra-se na vida familiar, do bairro, da vizinhança, nos aspectos territoriais da classe operária como grupo localizado, e escassamente dentro da produção fabril, conseguindo retratar a atmosfera cotidiana dessa cultura de forma mais eficiente que um antropólogo recruta em permanência no campo. Com efeito, trata-se de um autor singular, concentrando na sua pessoa atributos que possibilitam a criação de uma obra singular na literatura sobre a classe operária: as reminiscências da origem operária do autor são elaboradas como matéria-prima de análise, ao lado da "observação de campo" complementar, para a construção desse clima e atmosfera de cultura da classe, a meio-caminho entre a descrição literária e a descrição etnográfica. O desvendamento do código dessa cultura feito pelo próprio "nativo" tornado "antropólogo", mas controlando sistematicamente as vantagens e os ônus de sua "dupla identidade" como "objeto" e como autor, vem por outra trajetória, e antes das contribuições de Thompson e Hobsbawm, abrir caminho para o estudo da cultura da classe operária, e para se pensar explicitamente nas dificuldades e nas pistas de uma antropologia da classe operária. (Uma certa síntese entre os trabalhos "históricos" de Thompson e Hobsbawm e a via

"antropológica" aberta por Hoggart pode ser vista em Hobsbawm, 1974a.) Os temas da literatura das *condições de vida* dos trabalhadores passam aqui pela elaboração interna de sua cultura, de seu pensamento e de sua prática. Estamos próximos das categorias *modo de vida* ou *estilo de vida*, como sugere o subtítulo do livro de Hoggart dado pela tradução francesa: "La culture du pauvre; étude sur le *style de vie* des classes populaires en Angleterre" (cf. o trabalho posterior, já referido, de Rolande Trespé).

Dissemos no início do parágrafo anterior que *The Uses of Literacy* é um "grande marco nessa década de 1950" em que foi publicado, mas esse "marco" foi menos visto como tal naquela década do que retrospectivamente, a partir de sua "valorização" mais recente. Apesar de referência obrigatória na literatura inglesa posterior, sua "valorização" mais explícita, como obra fundamental para uma antropologia da classe operária, aparece na literatura francesa a partir de sua tradução e "resenha" nos círculos de influência da "escola" de Bourdieu (cf. a apresentação de Passeron à tradução francesa de *The Uses of Literacy*, Hoggart, 1970; e Verret, 1972).

Com relação aos trabalhos monográficos que seguem a tradição antropológica acadêmica, feitos paralelamente e, na mesma época ao *The Uses of Literacy*, é interessante notar como o livro de Hoggart, uma obra situada fora dessa tradição, é muito mais marcante para a especificação de uma "antropologia da classe operária" do que as obras da própria disciplina. O trabalho de "distanciamento" e de "objetivação" sobre um material vivido e "familiar", vem salientar muito mais a especificidade do objeto, do que a simples extensão de temas e problemáticas já constituídas na antropologia a grupos sociais da sociedade capitalista contemporânea. O fato de o próprio autor poder ser ele próprio detentor do código da cultura de sua classe de origem e trabalhar analiticamente sobre ele vem criar as condições de ruptura no estudo de uma classe "familiar" porque pertencente à própria sociedade do pesquisador, mas sempre estudada de fora, por analistas exteriores àquele código.

Por outro lado, com relação aos depoimentos de autores que passaram um período da idade adulta pela "condição operária" em carne e osso, há pontos de semelhança, como a análise em cima de experiências vividas pelo próprio autor no interior da classe operária,

mas também há pontos de diferença. Ao contrário do "estágio", de um período de tempo limitado vivendo e trabalhando no seio da classe operária, a relação de Hoggart com essa classe passa pela sua origem, pela vivência da infância, da família, da vizinhança. Hoggart percorre os dilemas da figura marginal e ambígua do "bolsista" da classe trabalhadora que se distancia dela pelo acesso à universidade, construindo na própria carne a figura do observador com um pé fora da classe e que escreve sobre ela, mas com outro pé dentro dela, conhecedor do código da cultura da classe. Se, por um lado, os autores que "estagiaram" pela "condição operária" apresentam descrições e análises inéditas e importantes sobre o "laboratório secreto" da produção capitalista do ponto de vista de seus operadores humanos — experiência que escapa a Hoggart, que sai da classe através do sistema escolar —, por outro lado, Hoggart pode desvendar a cultura específica subjacente a relações sociais aparentemente tão universais quanto a família e a vizinhança, e a sentimentos e sensações tão desprovidos de sentido para observadores não-socializados na cultura da classe.<sup>12</sup>

O trabalho de Hoggart, assim como já vimos de forma algo similar para os trabalhos de Thompson e Hobsbawm, é uma resposta a uma enorme literatura que recrudesce particularmente no pós-guerra e na década de 1950, que procura descaracterizar a classe operária não somente como classe explorada durante a Revolução Industrial<sup>13</sup> e nem apenas como classe revolucionária que quer participar, enquanto maioria da população nos destinos do poder, mas como uma classe *tout court*, com uma identidade própria, com uma cultura própria. A introdução do livro *The Affluent Worker in the Class Structure* de Goldthorpe, Lockwood *et al.* (1969) localiza excelentemente essa conjuntura do campo intelectual que reflete sobre a classe operária. A introdução de Hoggart também se refere a essa pretensa e desejada descaracterização da classe operária numa grande classe média.

Não é à toa portanto que ironicamente apareça a antropologia lá onde o objeto está prestes a desaparecer, real ou supostamente.

o tema das "condições de vida das camadas populares" parecer ser assim um tema permanente da literatura sobre a classe operária, mu-

dando-se a forma como é tratado ou como é subordinado a uma análise teórica sobre as relações sociais específicas a que estão submetidos os grupos sociais de trabalhadores que se esteja estudando. A incorporação do tema por categorias similares é também denotativa desse tratamento diferenciado. Por detrás disso estão os debates mais ou menos acalorados, o campo de lutas sobre a maneira de conhecer a classe operária e as relações sociais de exploração e dominação a que está submetida.

Campo de lutas em que se defrontam diferentes maneiras de apreender no pensamento as relações sociais, diferentes posições no campo intelectual voltado para os inquéritos sociais, filiações intelectuais, explícitas ou não. Essas diferenças, refletindo-se nas próprias denominações diversas tomadas pelo tema das "condições de vida" têm, no entanto, geralmente um ponto comum: o fato de que essas denominações elas próprias são "naturalizadas", não são discutidas. O tema das "condições de vida" das "camadas populares" ou da "classe trabalhadora" sugere assim um campo de estudos, a ser reconstituído para efeitos analíticos, onde atuam obras das mais diversas filiações e proveniências intelectuais e institucionais (um retrospecto importante desse "campo" — enfatizando mais a relação entre inquéritos quantitativos e inquéritos qualitativos, relatórios de comissões parlamentares de inquérito, estudos sobre orçamento familiar, e inquéritos sociológicos menos acessíveis como as pesquisas com operários fabris coordenadas por Weber — está no posfácio "Em direção a uma história da sociografia" de um estudo sobre uma comunidade industrial têxtil austríaca que se torna uma comunidade de desempregados, *Marienthal, the Sociology of an Unemployed Community*, publicado em 1933, cf. Jahoda, Lazarsfeld e Zeisel, 1972).

Examinando-se o conjunto da literatura aqui comentada e as variações do tema das "condições de vida", tem-se a impressão de que ela parte das determinações mais exteriores à classe trabalhadora, das "condições físicas", do "meio ambiente", que explicam mecanicamente o comportamento dos membros da classe. Tida como uma explicação científica, pois que inspirada na literatura biológica da época, esse "lamarckismo" social pratica uma concepção psicofi-

siológica das relações sociais e passa automaticamente de certas "condições físicas" para "condições morais" correspondentes. Um marxismo que enfatiza a determinação das forças produtivas sobre a formação da classe operária e sua organização própria como movimento social (cf. a tese da aparição da classe operária a partir da máquina e cf. a tese da consciência de classe diretamente proporcional à proximidade que tenha o grupo operário da indústria e da máquina) acaba por outros caminhos reforçando uma concepção que privilegia a causalidade exterior à própria classe. Por outro lado, a iniciativa no tratamento dos fatos sociais situados na área da reprodução da classe trabalhadora, e não nas suas relações sociais de produção — família, habitação, ideologia e "moralidade" — pertence aos autores "conservadores". Essa configuração de posições aparece de certa forma invertida na atualidade, a partir dos anos 1950: a argumentação dos autores "conservadores" se desloca para o lado econômico, para a mensuração do bem-estar material historicamente comparado. Tal é a tônica dos historiadores do lado "otimista" na polêmica sobre o padrão de vida da classe trabalhadora inglesa no período da Revolução Industrial; tal é a argumentação dos defensores da tese do "emburguesamento da classe operária" dos países capitalistas desenvolvidos (cf. Goldthorpe & Lockwood, 1969). Ao contrário da argumentação "materialista" dos autores "conservadores", os autores "socialistas" inversamente passam a enfatizar os argumentos "ideológicos" e "culturais" na discussão sobre o caráter das relações sociais que envolvem a classe operária, tanto no período da Revolução Industrial (polêmica do "padrão de vida"), quanto no período atual (polêmica do "emburguesamento da classe operária"). Essa inversão de posições que se cristaliza nas discussões da década dos 1960 em diante tem seus antecedentes nas iniciativas de vários dos autores aqui mencionados, como os Hammonds, Duveau e Simone Weil que de formas diversas enfatizam a importância das "mentalidades coletivas", da ideologia e da cultura, assim como das sensações experimentadas pela "condição operária". Essas novas ênfases abrem caminho para que a análise das "condições de vida" da classe trabalhadora, incluindo suas condições materiais, seja mediada através das disposições culturais dos grupos sociais como se pode depreender dos trabalhos de Hoggart, Thompson, Hobsbawm e Bourdieu.

Por outro lado, uma reapropriação de parte da literatura sobre a classe operária segundo sua utilidade fecundante para pesquisas empíricas em desenvolvimento sobre grupos sociais de trabalhadores, atuais ou de períodos históricos passados, preocupadas com o ponto de vista da própria classe e com sua cultura, deve recorrer às contribuições de “disciplinas” dispersas como a história, a sociologia, a economia política, a própria tradição antropológica, assim como as obras de difícil “classificação” como as de Hoggart e as de depoimentos de operários ou de experiências na produção. O estudo continuado dessa literatura, que aqui não passa de apontamentos que descuidadamente vêm a público, deve incentivar o estudo empírico detalhado da classe trabalhadora no país, dessa classe que há pouco tempo estava fora de cogitações dos “temas relevantes” em virtude do seu próprio sufocamento, e que agora, após um período em que ergue a cabeça, está ameaçada de desestruturação temporária pelo aguçamento do perigo permanente do desemprego, como um entre outros instrumentos de dominação.

## Notas

1. Estas “anotações de leitura”, que têm por fio condutor o acompanhamento de categorias similares à de *condições de vida* na literatura sobre classe operária por nós recortada segundo critérios analíticos, difere portanto de *mises au point* ou resenhas bibliográficas que procuram atualizar a produção sobre determinada subdisciplina ou sobre determinado tema. Tal é o caso do artigo “Anthropology and Industry: Reappraisal and New Directions” (Holzberg & Giovannini, 1981), que pretende dar conta da literatura no assunto dos últimos 50 anos, colocando-se implicitamente, nesse período, uma pretensão de exaustividade. Na realidade, o artigo concentra-se na vasta literatura norte-americana — o que nos é plenamente útil nesse setor da literatura que o presente trabalho pouco menciona. (Nesse sentido, seria do maior interesse estender o esforço aqui empreendido, que de fato se concentrou na literatura européia, para a literatura norte-americana, latino-americana, ou brasileira.) O artigo similar de Burawoy (1979), “The Anthropology of Industrial Work”, publicado também na *Annual Review of Anthropology*, resenha obras voltadas mais estritamente para o tema da produção industrial.
2. Se comparamos essa obra de juventude de Engels com a obra-prima da equipe Marx-Engels, *O Capital*, podemos ver como a descrição e a análise dos temas associados às “condições de vida” da classe trabalhadora, subordinando-se a um plano analítico de conjunto, não aparecem nesta úl-

tima obra em bloco, mas incluídos tanto na seção da "Produção da Mais-Valia Absoluta" (3ª seção), na seção da "Produção da Mais-Valia Relativa" (4ª seção), como na seção da "Acumulação do Capital" (7ª seção). Na 3ª seção, esses temas aparecem no capítulo da jornada de trabalho, nas suas subpartes 3 a 7. Na 4ª seção, esses temas ressurgem na 3ª subparte do capítulo da "Maquinaria e Grande Indústria", na "Reação Imediata da Indústria Mecânica sobre o Trabalhador", particularmente em "A Apropriação das Forças de Trabalho Suplementares: o Trabalho das Mulheres e das Crianças" e em "A Legislação de Fábrica". Na 7ª seção, podemos detectar esses temas no capítulo da "Lei Geral da Acumulação Capitalista", nas partes sobre a "Produção Crescente de uma Superpopulação Relativa ou de um Exército Industrial de Reserva", sobre as "Diferentes Formas de Existência da Superpopulação Relativa" e na "Ilustração da Lei Geral da Acumulação Capitalista" ("as camadas industriais mal pagas", "a população nômade — os mineiros", "efeito das crises sobre a parte a mais bem paga da classe operária", "o proletariado rural inglês"). Esse amadurecimento teórico e empírico só podia ocorrer após anos de trabalho, em que *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* é um trabalho inicial da maior importância, inclusive na gênese da temática do "marxismo". É feita referência aos méritos do livro de Engels relativamente a outros "clássicos" marxistas alemães e russos posteriores em Leite Lopes, 1979, nota 23, p. 94, e também as notas 18, 19, 21 e 22, pp. 93-94.

3. Cf. o prefácio de Hobsbawm a Engels (Engels, 1960), pp. 13-14: "Qual é essa classe operária que nasce do capitalismo? Quais são suas *condições de vida* e quais são as atitudes individuais ou coletivas que têm suas raízes nas condições materiais? Engels consagra a esses problemas a maior parte do seu livro (capítulos 3 e 5 a 11) e suas descrições e análises constituem a sua mais sólida contribuição — e sob certos aspectos nunca igualada — às ciências sociais: é o exame dos efeitos da industrialização e da transformação urbana capitalistas" (o grifo é meu).
4. A distribuição dos capítulos é a seguinte: 1. Introdução. 2. O proletariado industrial. 3. As grandes cidades. 4. A concorrência. 5. A imigração irlandesa. 6. Os resultados. 7. Os diferentes ramos da indústria: os operários de fábrica propriamente ditos. 8. Os outros ramos da indústria. 9. Movimentos operários. 10. O proletariado das minas. 11. O proletariado agrícola. 12. A atitude da burguesia em relação ao proletariado.
5. O livro de Gaskell, muito citado por Engels, intitula-se *The Manufacturing Population of England; its moral, social and physical conditions, and the changes which have arisen from the use of steam machinery; with an Examination of Infant Labour*. O plano da obra é: Introdução: Condições morais, sociais e físicas da população manufatureira antes da introdução do vapor. Cap. 1. Caráter e hábitos dos primeiros industriais (manufatureiros). Cap. 2. Influência da temperatura e maneiras sobre o desenvolvimento físico etc. e sobre a moral. Cap. 3. A influência da separação de famílias etc. etc. sobre a condição moral e social da população manufatureira. Cap. 4. Sistema social — Hábitos domésticos etc. etc. Cap. 5. Condições sociais — Habitações — Hábitos domésticos etc. etc. Cap. 6. Condições físicas. Cap. 7. Trabalho infantil. Cap. 8. Saúde — Taxa de mortali-

dade etc. etc. Cap. 9. Trabalho fabril em geral — Doenças peculiares etc. Cap. 10. Educação — Religião — Crime — Pauperismo. Cap. 11. Associações — Influência da maquinaria sobre o trabalho. Cap. 12. *Truck and Cottage Systems*. O livro do Dr. Gaskell, médico como vários outros contemporâneos como Kay, Chadwick, Villermé, Buret, Ducpétiaux, produtores de obras e investigações sobre as "condições físicas e morais" dos trabalhadores, exemplifica assim essa produção que acompanha a importância prática da percepção da vida da classe trabalhadora que tem a medicina social (cf. Foucault, 1979).

6. "Meu programa [de trabalho] consolidou-se em 1833. (...) Realizei em toda a parte três tipos de estudos que me colocavam em contato com as classes dirigentes, com os chefes das grandes empresas, e sobretudo com as populações operárias. Encarregado, no corpo de sábios ao qual tenho a honra de pertencer, de ensinar a metalurgia, eu apliquei especialmente a esse ramo de atividade os estudos que tinha de fazer sobre a indústria e o comércio. Observei, em primeiro lugar, em toda a Europa, os procedimentos técnicos e as condições econômicas de extração dos minérios e da produção de metais. Dediquei-me, mais que meus predecessores, a estudar a organização comercial das explorações, a situação dos operários, assim como as relações variadas que os unem a seus patrões. Numerosas missões demandadas por governos estrangeiros deram-me a ocasião de ver de perto as mais curiosas organizações sociais. Dirigi, enfim, grandes empresas e encontrei a ocasião de me instruir com administradores formados em sociedades bem diversas. Em segundo lugar, aproveitei essas missões e viagens para ligar-me a pessoas que desempenhavam funções políticas e administrativas [procurando conhecer suas opiniões e observar sua prática em matéria de ciência social]. Em terceiro lugar, enfim, eu me impus a obrigação de estudar pessoalmente, em todas as regiões da Europa, mais de 300 famílias pertencentes às classes mais numerosas da população. Consagrei pelo menos uma semana, freqüentemente um mês inteiro, a fazer a monografia de cada uma delas. Quis sobretudo investigar os detalhes da vida material, intelectual e moral de famílias pertencentes às principais raças européias (*sic*). Constatei ao mesmo tempo como os interesses dessas famílias se ligam aos das classes superiores da sociedade. Conversei em cinco línguas com a maioria dessas famílias. Pude compreender diretamente as respostas feitas em três outras línguas às questões colocadas por intérpretes experimentados. Somente no Extremo Norte e no Extremo Oriente tive de confiar a interpretação das perguntas e respostas a meus colaboradores (...)"'. O autor em seguida mostra como pode entender suas observações a países que não visitou através de informações coletadas com participantes das exposições universais que ajudou a organizar. Cf. Le Play, 1878; cap. 7: "A Observação dos Fatos Sociais" da Introdução do livro *La réforme sociale en France*, cuja primeira edição é de 1864.
7. "Como de hábito, a Alemanha necessitou de um período bem maior antes que os focos de epidemia, que também lá são crônicos, atingissem o grau de acuidade necessário para tirar de seu torpor a grande burguesia. No entanto, quem vai lentamente vai seguramente, e é assim que finalmente nasceu na Alemanha uma literatura burguesa sobre a saúde pública

e a questão da habitação, que é uma diluição dos precursores estrangeiros, sobretudo dos ingleses, e na qual procura auto-outorgar-se, através de belas frases pedantes e grandiosas, o aspecto enganoso de um pensamento mais profundo. É a essa literatura que pertence o livro do Dr. E. Sax: *As condições de habitação das classes laboriosas e sua reforma*, Viena, 1869. (...) escolhi esse livro porque tenta resumir na medida do possível toda a literatura burguesa sobre o assunto." Engels, 1979, p. 52.

8. A esse respeito cf. o interessante *Histoire des Bourses du Travail* de 1901 (Pelloutier, 1971).
9. A distribuição dos capítulos do livro é a seguinte: 1. A duração do trabalho, 2. Os salários, 3. O trabalho das mulheres, 4. O trabalho das crianças, 5. A mortalidade profissional, 6. Como vive a classe operária (onde entram o preço e as condições da habitação, o preço e a qualidade da alimentação, as causas do encarecimento dos produtos e o orçamento do operário), 7. A mortalidade nas classes pobres, 8. Desemprego e miséria, 9. O alcoolismo, 10. Conclusões. (Pelloutier, 1900, pp. 343-44.)
10. Lefranc em sua *Histoire du travail et des travailleurs* dedica um capítulo à "La vie ouvrière aux débuts de la grande industrie", contendo como subtópicos: "a vida na fábrica; trabalho das mulheres e crianças"; "os salários, orçamentos operários, quatro períodos na vida do operário", e "as condições de vida: alimentação, habitação, alcoolismo e desmoralização, mortalidade e desemprego".
11. A literatura norte-americana, de filiação antropológica ou sociológica, voltada para os "estudos de comunidade" relacionados à indústria, é vasta" (cf. a resenha bibliográfica de Holzberg & Giovannini, 1981); e nela podemos destacar os trabalhos de Warner (1963) e de Manning Nash (Nash, 1958).
12. Verret, em seu artigo "Sur la culture ouvrière", critica Hoggart pela sua omissão em analisar a cultura operária na produção. Dessa forma, Hoggart implicitamente enfatizaria, à sua revelia, os aspectos mais "conservadores" da cultura operária, os aspectos de "transformação" dessa cultura tendo por base o domínio da produção. Essa crítica lança a discussão sobre o peso da produção na configuração da cultura operária, e poder-se-ia pensar numa certa oposição de ênfases entre a literatura sobre a "condição operária" (que enfatiza a experiência na produção) e o trabalho de Hoggart (enfatizando a cultura operária centrada territorialmente no bairro e na família). Nessa oposição de ênfases inclui-se, sem dúvida, a própria trajetória dos autores: enquanto Hoggart, socializado na classe operária e saindo dela pelo sistema escolar, enfatiza sua experiência no bairro e na família, mas não tem uma experiência própria de trabalho enquanto o operário, os autores que elaboram a partir de um "estágio" na produção privilegiam esse lado da "condição operária" em oposição à experiência familiar e no bairro da classe operária que tais autores não tiveram.
13. A disputa tão acirrada em torno de um período passado como o da Revolução Industrial na Inglaterra parece explicar-se pelo fato de que aparecem aí as relações sociais capitalistas de exploração e dominação que, se descaracterizadas na origem traumática, contribuem por extensão para seu ofuscamento posterior e presente.

## Bibliografia

- Alvim, M. Rosilene Barbosa. 1979. "Notas sobre a família num grupo de operários têxteis", in Leite Lopes J.S. et al., *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação — Estudos sobre trabalhadores urbanos*. Rio, Paz e Terra.
- Boltanski, L. 1969. *Prime éducation et morale de classe*. Paris-Haia, Mouton.
- Bourdieu, P. 1963. *Travail et travailleurs en Algérie*. Paris-Haia, Mouton.
- . 1974. "Sistemas de ensino e sistemas de pensamento", *Economia das Trocas Simbólicas*, S. Paulo, Ed. Perspectiva.
- . 1977. *Algérie 60*. Paris, Minuit.
- Buder, S. 1967. *Pullman, An Experiment in Industrial Order and Community Planning 1880-1930*. Nova York, Oxford University Press.
- Burawoy, M. 1979. "The Anthropology of Industrial Work", in *Annual Review of Anthropology*, 8: 233-66.
- Dennis, Henriques e Slaughter. 1969. *Coal is Our Life*. Londres, Tavistock.
- Donzelot, J. 1977. *La Police des Familles*. Paris, Minuit.
- Duveau, G. 1946. *La vie ouvrière en France sous le Second Empire*. Paris, Gallimard.
- Engels, F. 1960. *La situation de la classe laborieuse en Angleterre*. Paris, Éditions Sociales.
- . 1969. *La question du logement*. Paris, Éditions Sociales.
- Firth, R. 1956. *Two Studies of Kinship in London*. Londres, Athlone Press.
- Foucault, M. 1975. *Surveiller et punir, naissance de la prison*. Paris, Gallimard.
- . 1979. *Microfísica do Poder*. Rio, Graal.
- Gaskell, I. 1972. *The Manufacturing Population of England*. Nova York, Arno Press, reimpressão.
- Goldthorpe, Lockwood, et al. 1969. *The Affluent Worker in the Class Structure*. The Cambridge University Press.
- Halbwachs, M. 1964. *Esquisse d'une psychologie des classes sociales*. Paris, Marcel Rivière.
- . 1970. *La classe ouvrière et les niveaux de vie*. Paris, Gordon & Breach, reimpressão.
- . 1972. "Matière et Société", in *Classes Sociales et Morphologie*. Paris, Minuit.
- Hammond, J.L. & B. 1967a. *The Village Labourer*.
- . 1967b. *The Town Labourer*.
- . 1967c. *The Skilled Labourer*.
- . 1967d. *The Age of the Chartist*. Nova York, Augustus M. Kelley, Reprints of Economic Classics.
- Haratzi. 1976. *Salaire aux Pièces*. Paris, Seuil.
- Hobsbawm, E. 1974a. "As classes operárias inglesas e a cultura desde os princípios da Revolução Industrial", in *Níveis de cultura e classes sociais*. Lisboa, Cosmos.
- . 1974b. *Labouring Men*. Londres, Weidenfeld and Nicholson. [Ed. brasileira: Rio, Paz e Terra, 1981.]
- . 1977. "História do trabalho e ideologia", in *Tudo é História*. Cadernos de Pesquisa nº 1, S. Paulo, Brasiliense.

- Hoggart, R. 1970. *La culture du pauvre*. Paris, Minuit. [Título original: *The Uses of Literacy*, Penguin Books.]
- Holzberg e Giovannini. 1981. "Anthropology and Industry, Reappraisal and New Directions", in *Annual Review of Anthropology*, 10.
- Jahoda, Lazarsfeld e Zeisel. 1972. *Marienthal, The Sociography of an Unemployed Community*. Londres, Tavistock Publication.
- Kovalevsky, M. 1898. *Le regime économique de la Russie*. Paris, Giard & Brière.
- Lefranc, G. 1975. *Histoire du travail et des travailleurs*. Paris, Flammarion.
- Leita Lopes, J.S. 1971. "Sobre um debate na Antropologia Econômica: A economia política de Polanyi", in *América Latina*, nºs 3-4, Rio.
- . 1973. "Sobre o debate ou distribuição da renda: leitura crítica de um artigo de Fishlow", in *Revista de Administração de Empresas*, vol. 13, nº 3, setembro de 1973, S. Paulo, e republicado em 1974 por Tollipan e Tinelli na coletânea *A Controvérsia sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento*, Rio, Zahar.
- . 1976. *O vapor do Diabo, o trabalho dos operários do açúcar*. Rio, Paz e Terra.
- . 1977. "O tradicionalismo camponês e a antropologia da tradição". Rio, Museu Nacional (ms.).
- . 1979. "Introdução" e "Fábrica e vila operária, considerações sobre uma forma de servidão burguesa", in Leite Lopes et al., *Mudança social no Nordeste: a reprodução de subordinação — Estudos sobre trabalhadores urbanos*. Rio, Paz e Terra. ("Introdução" com Machado da Silva.)
- Lenin, V. 1969. *Le Développement du Capitalisme en Russie*. Paris, Moscou, Éditions Sociales/Éditions du Progrès.
- Le Play, Frédéric. 1878. *La Reforme Sociale en France*. Tours, A. Mame et fils, libraires-éditeurs.
- Linhart, R. 1978. *L'Établi*. Paris, Minuit. [Ed. brasileira: *Greve na fábrica*. Rio, Paz e Terra.]
- Lockwood, D. 1975. "Sources in variation in working-class images of society", in Bulmer (org.), *Working-Class Images of Society*. Londres, Routledge and Keagan Paul.
- Marx, K. 1960. *Le Capital*. Paris, Éditions Sociales.
- Monatte, Pierre. 1976. *La lutte syndicale*. Paris, Maspéro.
- Murard e Zylberman. 1976. "Le petit travailleur infatigable", in *Recherches*, nº 25, Paris.
- Nash, M. 1958. "Machine Age Maya", in *The American Anthropologist*, vol. 60, nº 2, parte 2, abril de 1958.
- Pelloutier, F. 1900. *La vie ouvrière en France*. Paris, Schleicher Frères Editeurs (avec Maurice Pelloutier).
- . 1971. *Histoire des Bourses du Travail*. Paris, Gordon & Breach, reimpressão.
- Perrot, Michèle. 1974. *Les ouvriers en grève, France 1871-1890*. Paris, Haia, Mouton, 2 tomos.
- Pierrard, P. 1965. *La vie ouvrière à Lille sous le Second Empire*. Paris, Blound et Goy.
- Thompson, E.P. 1968. *The Making of the English Working Class*. Middlesex, Penguin Books.

- Tougan-Baranowsky. 1970. *The Russian Factory in the Nineteenth Century*. Illinois, Allen & Irwin.
- Trempé, R. 1971. *Les mineurs de Carmaux, 1848-1914*. Paris, Les Éditions Ouvrières, 2 tomos.
- Verrét, M. 1972. "Sur la culture ouvrière", in *La Pensée*, n.º 163, Paris, junho.
- Villermé, L.R. 1840. *Tableau de l'état physique et moral des ouvriers employés dans les manufactures de coton, de laine et de soie*. Paris, Jules Renouard.
- Warner. 1963. *Yankee City*. New Haven, Yale University Press.
- Weil, Simone. 1969. *La condition ouvrière*. Paris, Gallimard.
- Young e Willmott. 1975. *Family and Kinship in East London*. Middlesex, Penguin Books.

**TRABALHO INFANTIL E REPRODUÇÃO SOCIAL:  
O Trabalho das Crianças numa Fábrica  
com Vila Operária**

---

Maria Rosilene Barbosa Alvim



## 1. Introdução

O trabalho infantil é um dos temas mais recorrentes da literatura sobre as *condições de vida* da classe trabalhadora. O trabalho pioneiro de Gaskell, de 1833, sobre a "população manufatureira da Inglaterra", inclui o "exame do trabalho infantil" no próprio subtítulo. O livro 1 do *Capital* de Marx trata do trabalho infantil no capítulo sobre a "maquinaria e a grande indústria". E os Hammond, que tratam do assunto em 1917, consideram que o "emprego de crianças numa vasta escala durante a primeira fase da Revolução Industrial é a característica mais importante da vida inglesa", enquanto Thompson completa, em 1963, que "a exploração de crianças pequenas em tal escala e em tal intensidade foi um dos acontecimentos mais vergonhosos de nossa história".<sup>1</sup>

O tema "condições de vida" procura analisar as conseqüências do capitalismo industrial sobre a classe trabalhadora. Ora, uma das características do capitalismo é a separação entre o trabalho e os meios de produção e de existência tradicionais dos produtores diretos, isto é, entre o trabalho e a vida. Seguindo essa separação, o tema "condições de vida" volta-se para as condições de *reprodução* da classe trabalhadora, mais que para suas condições na produção, as *condições de trabalho*. No entanto, o trabalho infantil, presente nessa literatura, é uma exceção a essa separação temática. Trata-se de um caso extremo da dominação do trabalho capitalista sobre a vida, impulsionando a dilapidação da força de trabalho e ameaçando sua reprodução.

Este trabalho discute o significado do trabalho infantil em uma fábrica com vila operária no Estado de Pernambuco, principalmente no período de sua consolidação e expansão, por volta dos anos 1930 a 1950 deste século. O atual município de Paulista, próximo a Recife, é o espaço onde se encontra localizada a indústria têxtil, objeto de nossa reflexão. É preciso ressaltar que o trabalho infantil é pensado na relação com o grupo familiar, aliciado diretamente pela fábrica, em diversas áreas camponesas do Nordeste. Ou seja, o trabalho infantil é pensado na sua relação com a família e o seu significado familiar é visto a partir de sua utilização industrial.

## **2. Alguns Resultados da Literatura sobre o Caso "Clássico" de Utilização do Trabalho Infantil**

Durante a "Revolução Industrial" é notória a larga utilização do trabalho infantil. Muitas fontes apontam para o alto grau de exploração a que crianças, muitas vezes com a idade de até cinco anos, foram submetidas: jornadas de trabalho de 12, 15 horas, aliadas à monotonia presente na repetição das tarefas e principalmente a perda por parte das crianças da proteção dos pais responsáveis pela sua formação profissional e moral. O fato é que o trabalho infantil na grande indústria aponta para uma mudança radical na sociedade, que extrapola os muros das unidades industriais. Os trabalhadores antes submetidos às relações de trabalho personalizadas seja em relação aos seus mestres de ofício, seja em relação aos senhores da terra, ou ainda, ao lado da própria existência das fábricas têxteis, a um capitalista que controla a chamada indústria a domicílio, perdem o controle que detêm da força de trabalho de sua família.

O trabalho infantil aponta portanto para um processo de degradação das condições de vida da classe trabalhadora durante todo o processo de implantação da Revolução Industrial, degradação essa que nos indica a crise que todo um grupo social enfrenta: o processo de expropriação do controle de suas condições de produção e reprodução.

A partir dos anos 1930, vários historiadores acadêmicos, simpáticos ao capitalismo, procuram relativizar e minimizar o caráter

"catastrófico" e escandaloso da exploração maciça do trabalho infantil pelos industriais. Seus argumentos assim poderiam ser resumidos:<sup>2</sup>

a) Eles procuram mostrar uma continuidade entre o trabalho infantil do século XIX com o do século XVIII, entre o trabalho infantil empregado na fábrica, na grande indústria, e o empregado na indústria doméstica. Chegam a argumentar que as crianças seriam mais exploradas na indústria doméstica que na fábrica.<sup>3</sup>

b) Eles alegam que os trabalhadores adultos exploravam seus próprios filhos, havendo exemplos de castigos aplicados pelos pais aos filhos dentro das fábricas. Além disso, quando começaram a protestar em favor da redução da jornada de trabalho das crianças, fizeram-no por interesse próprio, para reduzir sua própria jornada, sendo portanto hipócritas.

c) Que apesar de a exploração ser a mesma ou até menor depois da Revolução Industrial em relação ao século anterior, no entanto "uma consciência social humanitária", própria aos empresários, à classe média e ao Parlamento, que produziu os *Blue Books* (relatórios das comissões parlamentares de inquérito), "exemplo inédito na história da humanidade de isenção e vontade de reforma", se ergue em defesa da preservação das crianças. Essa tese procura minimizar a participação dos próprios trabalhadores na resistência à exploração do trabalho infantil (minimização da participação de sindicalistas e dos comitês de trabalhadores nos movimentos de redução da jornada de trabalho).

d) Eles procuram ilegitimar as fontes usadas pelos autores que tratam do trabalho infantil, as quais seriam dados de comissões parlamentares de inquérito tendenciosas (o que contradiz o argumento anterior de realce dos *Blue Books* para ofuscar o papel dos trabalhadores na redução da jornada), ou ainda depoimentos subjetivos de contemporâneos, ao contrário da objetividade de fontes como as séries estatísticas que indicam melhorias no padrão de vida.

A réplica de Thompson (1968, pp. 366-84) em sua obra fundamental *The Making of the English Working Class* nos ajuda a conhecer melhor as transformações sofridas pelo trabalho infantil:

a) De fato o trabalho infantil não era coisa nova. "A criança era parte intrínseca da economia agrícola e industrial antes de 1780, e assim permaneceu até ser resgatada pela escola." Certas ocupações — os limpadores de chaminés, necessariamente crianças, e os meninos de navio (*ship's boys*), assim como os órfãos utilizados como "aprendizes" nas minas — eram provavelmente piores que as condições de trabalho das crianças nas primeiras fábricas. No entanto, não seria correto generalizar a partir desses exemplos brutais sobre o trabalho infantil anterior ao século XIX, pois a forma principal do trabalho infantil pré-Revolução Industrial era em casa, no interior da economia familiar da indústria a domicílio. O trabalho na unidade familiar da indústria doméstica, apesar de submeter a criança a trabalhos árduos e brutais, não apresenta a monotonia do trabalho fabril; é combinado com outras tarefas domésticas e mesmo com os jogos infantis, cuja persistência no século XVIII não seria possível com as crianças confinadas no trabalho. Nenhum trabalho oferece a continuidade de oito horas seguidas juntamente com a monotonia da repetição dos movimentos humanos subordinados à máquina. Além disso, e principalmente, o trabalho está inserido dentro da economia familiar sob os cuidados dos pais (cf. Thompson, p. 368).

b) Há muitas evidências da resistência exercida pelos trabalhadores para enviar seus filhos à fábrica, esse lugar visto como antro de trabalho degradado. Quando os tecelões manuais são acuados à miséria, pela concorrência fabril, o fato de alocarem a contragosto seus filhos nas fábricas, prejudicando a divisão do trabalho familiar na indústria doméstica, pode ser visto como uma estratégia de sobrevivência para a permanência do conjunto da família no trabalho domiciliar. Quanto à alegação dos castigos paternos, são conhecidos casos em que os próprios pais castigavam os filhos durante o processo de trabalho a fim de evitar que os mestres o fizessem. O castigo dado pelos pais não só evita o castigo mais brutal de um estranho como também reafirma a autoridade paterna. Mais uma vez procura-se generalizar um "sadismo" dos trabalhadores a partir de casos isolados para obscurecer o "sadismo" intrínseco ao próprio regime fabril. Quanto à pretensa hipocrisia da reivindicação pelos trabalhadores adultos da redução da jornada de trabalho das crianças em proveito

próprio, a única forma de reduzir a jornada das crianças era, ao contrário, a redução da jornada de trabalho para todos os trabalhadores. A redução só para as crianças permite a sua burla enquanto os adultos estão trabalhando. O processo de trabalho conjunto em que trabalhadores adultos e infantis estão envolvidos exige a redução geral da jornada de trabalho.

c) A participação de sindicalistas e dos comitês de trabalhadores no movimento pela redução da jornada de trabalho é o setor fundamental de sustentação daquele movimento. Quanto à importante participação de outros setores, não se deve esquecer "quão longos os abusos podem continuar 'desconhecidos' até que sejam articulados: como as pessoas podem olhar para a miséria sem notá-la, até que a miséria ela própria se rebelde" (Thompson, 1968, p. 377). Quanto à pretensa "vontade reformadora" do Parlamento através dos *Blue Books*, símbolo do humanitarismo da época: "Os *Blue Books* (pelo menos até os grandes inquéritos sanitários) não eram o produto de 'uma era' ou o fruto de 'uma geração', mas um campo de batalha em que lutaram reformadores e obstrucionistas; e em que as causas humanitárias geralmente foram enterradas" (Thompson, 1968, p. 376).

d) A acusação de tendenciosidade da comissão parlamentar de inquérito de 1832, de ser favorável aos trabalhadores, perde credibilidade diante da utilização acrítica dos resultados da comissão de 1833, tendenciosa a favor dos empresários. Os historiadores "otimistas", com sua deformação empirista quantitativa, trabalham mal com os dados qualitativos e de utilização necessariamente crítica do ponto de vista de quem está sendo inquirido e das relações sociais subjacentes, dos relatórios das comissões parlamentares.

Alguns trabalhos recentes continuam revelando aspectos do trabalho infantil na Revolução Industrial, particularmente sobre a desagregação das famílias proletarizadas, e sobre as relações entre o Estado (através, por exemplo, dos orfanatos públicos) e o empresariado quanto a essa questão (cf., por exemplo, o artigo de P. Vermeren e S. Douailler (1976) sobre "As crianças do capital" que apresenta material relativo à França). Esses trabalhos apresentam dados sobre a importância de instituições como asilos públicos e "conven-

tos industriais” na domesticação de uma força de trabalho para as fábricas.

### 3. O Trabalho Infantil nas *Working Houses* e nos Conventos Industriais

No século XVIII, o trabalho infantil é utilizado como alternativa para suprir a falta de braços para a indústria. As máquinas necessitam de pessoas que as movimentem e se adequem às exigências disciplinares que fazem parte deste novo tipo de trabalho: o trabalho na fábrica capitalista. A grande resistência dos trabalhadores, muitas vezes ligados à indústria a domicílio, em transformarem-se em proletários industriais, aliada à instabilidade com que freqüentam a fábrica, faz com que se procure a internalização das novas normas do trabalho a partir da utilização da mão-de-obra infantil. O problema da criação de uma força de trabalho que internalize as regras do trabalho industrial, a disciplina, a continuidade e a subordinação ao movimento do maquinismo, faz parte das queixas dos empresários manufatureiros. Ora, o trabalho infantil através de seu exemplo mais radical nas *working houses* representa para grande parte do patronato da época como que uma saída para minimizar os efeitos da chamada instabilidade operária. Mais do que criar as condições objetivas da inculcação da disciplina fabril, educando as crianças a partir do trabalho, ensinando-se um ofício a crianças com idade até de oito anos, as crianças das *working houses* encontram-se subordinadas de forma radical aos seus proprietários. O caso dos orfanatos públicos franceses aponta para as relações entre o Estado e os proprietários dessas *casas de trabalho* que procuram nos orfanatos a mão-de-obra infantil de que necessitam. Os fabricantes retiram as crianças dos asilos públicos com a obrigação de lhes fornecer “o aprendizado de um *métier*, a alimentação e alojamento e um tratamento condigno” (cf. Vermeren e Douailler, 1976). O tempo de permanência das crianças nesses estabelecimentos que é em média dos oito até aos 21 anos, permite aos proprietários a obtenção em certos períodos de uma mão-de-obra adulta, formada desde sua infância nos moldes disciplinares do tra-

balho fabril. E esse trabalho de uma mão-de-obra adulta é possível nas condições de subordinação presentes nas *working houses*, através de um contrato estabelecido entre instâncias (governo e patronato) alheias ao trabalhador como também à sua revelia. É importante ressaltar que essas crianças estão excluídas do convívio familiar e subordinadas a uma vida de trabalho que lhes é imputada e pela qual têm de pagar com sua permanência nessas "clausuras" até os 21 anos. Tudo isso é possível em função de esses trabalhadores terem sido entregues, ou pelo Estado, ou por suas próprias famílias, aos proprietários dessas "casas de trabalho", ainda crianças. O fato de a eliminação das relações familiares para esses indivíduos ter como consequência a supremacia das relações de trabalho em suas vidas faz com que o espaço da vida para além dos muros da unidade industrial fique praticamente eliminado.

No entanto, não é assim que os empresários manufatureiros do século XVIII pensam a questão. Para eles o trabalho infantil é uma dádiva tanto para o Estado como para as próprias crianças. Dessa forma, "o governo deve encorajamento e proteção aos fabricantes e deve usar todos os meios possíveis para fornecer-lhes braços necessários para suas indústrias" (cf. Vermeren e Douailler). Na visão dos "manufatureiros", além de ser do interesse do Estado a entrega de crianças sob sua custódia aos fabricantes, é também do interesse das famílias pobres encaminhar seus filhos para essas "casas na medida em que aí obterão um ofício". Enfim, as próprias crianças são "as maiores interessadas"; na medida em que "elas são preparadas para os trabalhos que em idade mais avançada poderão prover seus meios de existência, sendo tiradas da ociosidade, diminuem-se os inconvenientes de sua permanência prolongada nos orfanatos, prejudicial à sua moralidade" (*op. cit.*, p. 10).

Na Inglaterra os Hammond mencionam algumas pressões que a sociedade e o Estado exercem sobre as famílias para que mandem suas crianças trabalharem nas unidades industriais. A ajuda dada pelas paróquias às famílias em situação de extrema pobreza era proibida caso existissem crianças "ociosas" em idade de trabalho fabril. Isso acarreta sérios problemas no caso dos tecelões manuais em que a força de trabalho infantil é fundamental para a produção a domicílio (Hammond, 1967, pp. 156-57).

No caso dos estabelecimentos industriais franceses que *abrigam crianças*, evidentemente a necessidade da mão-de-obra infantil como substituição da mão-de-obra adulta esconde-se por trás da linguagem bem-intencionada dos fabricantes. Isso permanece mais transparente quando se vê a insistência destes em obter dos asilos públicos crianças mais velhas, de 12-14 anos contra a tendência do Estado, através do Ministério do Interior, que era fornecer órfãos pelo menos dois anos mais jovens (ver Vermeren, Douailler, 1976, p. 12).

O emprego de crianças na indústria no início da Revolução Industrial se dá de forma intensa através da fórmula das *working houses* e suas variações. Ao mesmo tempo, crianças são utilizadas na indústria segundo a forma do assalariamento sem que tenham de submeter-se ao confinamento dessas "casas de trabalho", sendo nesse caso resguardada a vida familiar. Como é afirmado por Thompson e pelo casal de historiadores ingleses, os Hammond, o trabalho infantil presente na indústria doméstica ou na indústria a domicílio faz parte da vida de grande parte da população infantil inglesa, constituindo-se em uma forma específica de formação profissional, em que as relações entre pais e filhos são fortalecidas e reproduzidas. A passagem das relações familiares para as relações de trabalho no caso da indústria doméstica é diferente das que vão ser vividas pelas crianças quando da sua ida para a fábrica.

Essa breve referência à literatura sobre o caso "clássico" de trabalho infantil na "Revolução Industrial" serve-nos como ponto de partida para entender o fenômeno, não só como indicador de um processo de transformação econômica e de intensificação da exploração dos produtores diretos, mas indicador de importantes mudanças socioculturais. A discussão sobre a comparação do trabalho infantil na indústria a domicílio e na fábrica capitalista serve para pensá-lo em relação à estrutura familiar: as crises intermitentes nessa estrutura, graças a mudanças radicais na sociedade, intensificam e ampliam o processo de proletarianização de diversas categorias de trabalhadores que tenazmente resistem à perda da autonomia presente na indústria a domicílio, como é o caso dos tecelões ingleses. O trabalho infantil pode assim ser visto como fator importante no processo econômico e cultural da formação de um proletariado industrial, em diferentes situações históricas.

#### 4. O Trabalho Infantil e a Família numa Fábrica Têxtil com Vila Operária

Procuramos aqui iniciar uma reflexão sobre a importância do trabalho infantil na "obreirização" do campesinato, na formação de um proletariado industrial pela via de sua integração na forma de dominação própria às fábricas com vila operária. O referencial empírico deste trabalho, uma fábrica têxtil com vila operária em Pernambuco, já foi descrito em artigos anteriores (cf. Alvim, 1979, e Leite Lopes, 1979).

A maior parte dos entrevistados citados neste trabalho vive sua proletarização entre os anos 1930 e 1940, caracterizando-se por sua origem como camponeses e pescadores. No entanto, cabe enfatizar que, sem terem experiência do trabalho fabril, de suas normas e disciplina, numerosas famílias são trazidas para a vila operária têxtil através de um aliciamento direto efetuado pela fábrica. Esta envia *agentes*, indivíduos especialmente instruídos pela companhia têxtil, às áreas de concentração camponesa onde contratam a mão-de-obra necessária, dando preferência à mão-de-obra familiar e não à contratação de indivíduos. Dessa forma, a fábrica procura povoar a vila operária, a qual, através da vinda de famílias, constitui-se num reservatório natural de reprodução da força de trabalho.<sup>4</sup>

Vejo foi 8 pessoas. O coronel Frederico (um dos patrões) ficava muito contente quando chegava uma família grande que todo o mundo queria trabalhar. Só tinha uma irmã mais nova que eu. Eu era que queria trabalhar, animada, muito animada para trabalhar. Fomos trabalhar, todos, eu tive que aumentar a idade. Meu pai já com quase 60 anos, mas entrou, foi trabalhar catando algodão. Foi trabalhar eu, Severino, Helena, Beatriz e meu pai.

(Ex-fiandeira aposentada.)

O peso principal nessa forma de aliciamento recai sobre as crianças e os jovens da família. Não dissemos simplesmente "os filhos", porque através da "família" se agregavam outras crianças e jovens, tendo ou não qualquer relação de parentesco com a família aliciada. Esse procedimento de *completar* as famílias a serem aliciadas interessava não só ao agente, para dar conta de sua cota de alicia-

mento de *famílias completas*,<sup>5</sup> como à família necessitada, podendo finalmente utilizar todos os seus membros, inclusive os filhos, para o orçamento doméstico, assim como ao jovem "agregado" que vinha "tentar a sorte" ou "ganhar o mundo" na fábrica. Muitos trabalhadores celibatários jovens, sem relação de parentesco com as famílias operárias da vila operária, vieram através desse mecanismo de aliciamento por "agregação".

Eles queriam uma família com bastante trabalhador, né. Parece que era seis, mais ou menos quatro ou seis trabalhadores. Então o pessoal não tinha gente suficiente, então convidaram minha irmã para ver se eu aceitava, eu e a filha da minha irmã. Então nós viemos, junto com essa família, de Serra Talhada para Paulista.

(Ex-trabalhador da seção de tinturaria, chegado a Paulista em 1944, com dez anos de idade.)

Esses menores agregados tendem a pagar um certo tributo à sua família "adotiva" para efeitos de aliciamento, sendo sobrecarregados nos encargos domésticos, como corte e transporte de lenha etc., o que vem agravar o cansaço das longas jornadas de trabalho dessas crianças na fábrica.

Naquele tempo eu trabalhava de meio-dia a meia-noite. O outro turno era de meia-noite a meio-dia. Os turnos eram esses. No horário da noite, quando trabalhava de meio-dia a meia-noite, eu cochilava muito. Cochilava, era tudo sentado nos caixões de algodão. E eu chegava, largava de meio-dia, chegava em casa, almoçava, um sono, um sono, café. E ia buscar lenha. A gente ainda cozinhava com lenha.

(Ex-fiandeira, que veio para a vila operária "agregada" a uma família, com 14 anos.)

O aliciamento de "famílias" seria assim como que um mecanismo disfarçado de recrutamento de crianças e jovens. Não se tem notícia sobre a existência, na época, nessa área, de uma massa de crianças pobres desenraizadas, provenientes de uma crise familiar no sentido da desintegração, como é o caso da "Revolução Industrial" inglesa ou francesa. Não há, também, como nesses casos, incentivos institucionais ao emprego de menores, como a lei dos pobres, o auxílio paroquial, as *working houses* inglesas, ou os orfanatos públicos

franceses. Assim, o recrutamento dessa preciosa força de trabalho de longa duração, das crianças e jovens, tem de ser feito lá onde a crise de reprodução das famílias camponesas é mais aguda.

As famílias camponesas em crise não estão, portanto, "desintegradas" e não geram, desse modo, uma grande massa de "menores abandonados". O recrutamento das crianças e jovens passa, portanto, pelo aliciamento de toda a família, sendo respeitada a autoridade paterna. Por outro lado, o aliciamento de toda a família é uma das vantagens oferecidas pela *companhia*<sup>6</sup> diante da ameaça de um aprofundamento da crise familiar camponesa e de uma proletarianização que pode levar à separação dos membros da família e conseqüentemente à sua desintegração. Um dos aspectos dessa crise camponesa, que passa pela escassez de terra associada às relações de propriedade e de dominação na área, é a da desproporção de filhas na força de trabalho familiar, combinada ou não com a pouca idade dos filhos. Esse problema de superpopulação camponesa incide portanto sobre as crianças e jovens, particularmente sobre a população feminina, tanto a infantil como a jovem.

Um reforço para o argumento de a arregimentação de famílias ser um "biombo" para o recrutamento de menores é o fato de os pais camponeses geralmente serem empregados em serviços periféricos ou marginais do processo industrial, seja da cata de algodão no início do processo produtivo na fábrica, seja fora da fábrica, cuidando de cavalos, trabalhando num roçado concedido pela companhia, seja como vendedor ambulante etc. Enquanto isso, seus filhos são empregados pela fábrica, e depois de um período de aprendizado passam a uma ocupação definida. A responsabilidade principal de manutenção do grupo doméstico transfere-se, antecipadamente, para a geração dos filhos, embora a autoridade paterna ainda permaneça no "planejamento" da alocação da força de trabalho familiar (cf. Alvim, 1979).

Não só do aliciamento direto nutre-se a "companhia" de força de trabalho, mas também da "atração" exercida por ela principalmente sobre famílias camponesas ou de pescadores de áreas próximas, que enfrentam o mesmo tipo de crise de reprodução social.

Primeiro veio para Paulista meu irmão Zé, com nove anos, pra morar na casa de um compadre de meu pai. Esse compadre tinha perdido um filho e a mulher dele estava em tempo de enlouquecer. Aí esse homem ficava lá em casa tentando pra ver se o papai dava um menino pra ele. Depois vieram minhas duas irmãs. Seu Joca disse: "Meu compadre, que é que o senhor 'tá fazendo aqui com essas meninas? Não é melhor o senhor ir logo de uma vez para Paulista? Já tem Zé lá, leva as meninas que eu arrumo trabalho." Seu Joca tinha uma filha noiva do contramestre da tecelagem que tinha muita intimidade com a família dele, aí eu sei que ele falou trabalho para elas, as meninas, aí elas vieram, com três dias começaram a trabalhar. Depois a companhia arrumou um quartinho para elas, Maria só trabalhou uma semana na fábrica, adoeceu e não foi mais. (...) Quando foi depois veio tudo. Aí depois a pescaria 'tava ficando ruim, tudo ruim. Aí a gente veio tudo e foi morar nesse quartinho, passamos seis meses morando nesse quartinho. (Ex-fiandeira, pai originalmente pescador.)

Além do aliciamento direto e dessa "atração" exercida em famílias próximas, uma outra forma de alimentação da companhia de mão-de-obra consiste num subaliciamento espontâneo, por parte das próprias famílias operárias de forma a preencher as condições necessárias para a ocupação das casas da vila operária. Como o número de quartos da casa depende do número de membros familiares empregados na fábrica, produz-se assim uma necessidade de busca de parentes e agregados para que a família não perca a casa a que tem direito no caso de ter a fábrica dispensado um de seus componentes. O número de trabalhadores por família pode também subitamente baixar por causa de doença, morte ou partida de pessoas. Tais situações narradas pelos trabalhadores apontam para as precárias condições de trabalho, geradoras de doenças e de mortalidade no trabalho fabril, além de mostrar a instabilidade da força de trabalho, apesar de todas as preocupações da companhia com a sedentarização de seus trabalhadores.

Uma ex-fiandeira conta como começou a trabalhar na fábrica aos 14 anos, em 1943, e que antes morava em área rural de um município próximo:

Eu vim praqui em 43, não sabe? Então, quem morava aqui era muito operário. Eu acho que era uns 18 mil na fábrica, porque era muita gente, não sabe? Então ela (sua madrinha, que era mãe da primeira mu-

lher do seu padrasto) morava numa casa de dois quartos. Ela tinha três operários, era os dois filhos dela e a filha. Os dois filhos adoeceram, só ficou a filha trabalhando. Uma filha só. Aí tinha que trocar de casa, porque um operário só trabalhando e a casa era de dois quartos. E ela gostava muito da casa. Aí ela queria outra pessoa pra trabalhar. Aí ela pediu pra minha mãe para eu vir pra casa dela, pra eu trabalhar na fábrica, porque assim ela não precisava trocar a casa mais. Eu trabalhando fazia dois operários, né.

Essa ex-operária deixa sua mãe em município vizinho. Sua madrinha, que a leva para trabalhar na fábrica, é sogra de seu padrasto. As filhas do padrasto são vistas como "fracas" para trabalhar e o pai oferece resistência por achar que "as moças que trabalhavam na fábrica tinham má fama". O fato de a casa ter de ser trocada em função da doença de dois operários é explicado pela ligação trabalho/moradia. Com isso a fábrica cria todo um sistema de estímulo para que as famílias enviem um maior número de trabalhadores para suas dependências industriais, forçando por assim dizer a continuidade de uma mão-de-obra fixa. Em outras palavras, a "retaguarda" das famílias operárias deve suprir a fábrica de novos operários, sendo assim um reservatório para atenuar as inevitáveis dispensas, doenças e mortes de trabalhadores e o custo das perdas humanas da fábrica é então repassado para as famílias. O caso da operária acima é revelador desse estímulo forçado ao auto-aliamento "espontâneo" das famílias, e também nos esclarece sobre o modelo das relações familiares presentes. Isso esclarece também como entre os próprios trabalhadores as relações familiares, as mais próximas ou as mais distantes, permitem que se agreguem grupos familiares para atender às suas necessidades, suscitadas em última instância pela fábrica, formando-se, assim, grupos residenciais os mais diversos, em função da manutenção da moradia indissociável do trabalho.

Por outro lado, existe certa ambigüidade expressa pelos trabalhadores em relação ao trabalho feminino. O padrasto de uma operária tem na época uma casa de farinha, o que lhe permite garantir a manutenção de suas filhas sem a necessidade de enviá-las à fábrica. Já a ida da enteada alivia a manutenção de seu grupo doméstico, não valendo para ela, que fora abandonada juntamente com sua mãe

pelo pai, o preceito de que a fábrica não era lugar apropriado para as moças.

(...) quando eu vim trabalhar na fábrica, as filhas do meu padrasto ficaram tudo chateado e queriam vir também por causa de mim, não sabe? Queriam vir trabalhar na fábrica e meu padrasto não queria que elas viessem. Não gostava disso, não queria que o pessoal falasse da moça da fábrica, que era não sei que lá: "Ih, aquela moça de fábrica!", aquelas moças levianas, era moça de Paulista, não tinha valor. (Uma outra operária intervém: Paulista pra o interior não tinha valor de nada.) Diziam que a gente vinha aqui pra aprender tudo que era de coisa feia, pornografia, não sei o quê. (A outra operária: que os pais trouxe as moças pra Paulista pra entregar para os donos da fábrica.) Diziam que as moças da fábrica era muito sem-vergonha, que era safada, né.

Essa imagem da fábrica como antro de perdição para as moças bem ilustra a gravidade da crise por que passam as famílias camponesas que vêm para uma vila operária. A essa imagem negativa da fábrica corresponde também uma certa rejeição à permanência continuada na fábrica, uma inversão da manipulação do operário pela fábrica em manipulação da fábrica pelo operário, em função de suas necessidades ocasionais. Assim, essa mesma operária quando se apresenta na fábrica para trabalhar, aos 14 anos, é inquirida pelo gerente sobre se pretende realmente trabalhar ou apenas está querendo juntar um "dinheirinho para o Natal" (era então o mês de outubro). Segundo o mesmo depoimento, "nessa época quem tinha parente na fábrica era a maior facilidade arrumar emprego", não havia, portanto, crise de emprego, o que permite ao trabalhador, principalmente o solteiro, utilizar-se do trabalho fabril a partir de suas necessidades.

Essas duas últimas informações nos chamam a atenção para uma grande instabilidade da força de trabalho (exemplificada por essa corrente de trabalhadores que recorriam ao trabalho fabril próximo às festas de Natal, assim como pela permanente existência de vagas para novos trabalhadores). Outras entrevistas apontam na mesma direção. Nesse caso, há ainda a possibilidade eventual da conjugação do trabalho fabril com um trabalho rural sazonal. Isso reforça a necessidade, nesse período, da arregimentação familiar da força de trabalho, de modo a favorecer a domesticação e sedentariedade dos trabalhadores. Também as doenças, com as quais já deparamos em

citações de entrevista, que proliferavam na fábrica e na vila operária, são não só reveladoras das condições de trabalho na fábrica mas também um fator que leva à necessidade constante de renovação da força de trabalho.

Aqui era a cidade que era o lugar da tuberculose mesmo. Uma irmã minha mesmo morreu tuberculosa. Dava muito aqui por causa do trabalho, às vezes do excesso de trabalho, mal alimentado que era uma coisa. 'Tá voltando. 'Tá voltando aquele tempo. Excesso de trabalho e má alimentação, que o povo não 'tá podendo mais se alimentar direito. Então dava muita tuberculose aqui.  
(Ex-fiandeira.)

Como podemos ver mais acima pelas citações da entrevista, tanto a "atração" exercida pela fábrica sobre famílias camponesas e de pescadores em áreas próximas, assim como o subaliciamento "espontâneo" das famílias operárias em suas áreas de origem, incidem principalmente sobre um certo número de menores, crianças e jovens. Assim também muito da instabilidade da força de trabalho e das doenças incide na faixa infantil e jovem dos trabalhadores. Por outro lado, a necessidade de recrutamento de crianças e jovens, através das famílias, torna-se cada vez mais premente para a fábrica, pois reside na inculcação de hábitos disciplinares nessa faixa jovem da mão-de-obra a estabilidade e o sucesso futuro da produção da companhia têxtil.

Um dos expedientes da fábrica para facilitar o emprego de menores é a prática de induzir/consentir na falsificação da idade das crianças.<sup>7</sup> (Essa necessidade deve relacionar-se à legislação trabalhista da época. Há um decreto sobre trabalho de menores em 1932, e outro de 1927.) Para esse efeito mantinha um serviço administrativo, chamado "Registro Operário", que expediu, para efeitos internos, certificados de nascimento para uma grande parte dos trabalhadores que não os têm.<sup>8</sup> O baixo salário pago pela fábrica já tem por intenção forçar as famílias a utilizarem o máximo de seus membros no trabalho assalariado para comporem o orçamento doméstico, até mesmo crianças com idade inferior a 14 anos. Há assim uma "cumplicidade" entre as necessidades das famílias operárias, estimuladas

pelas necessidades da fábrica, de aumentar a idade das crianças para que sejam “legalmente” empregadas.

A formação de uma força de trabalho disciplinada desde tenra idade se desenvolve dentro da própria fábrica. O trabalho das crianças significa para a fábrica a formação de profissionais para os diversos serviços necessários na indústria têxtil. Havia turmas de aprendizes, separados por sexo, que ao lado dos adultos permaneciam na fábrica durante o turno de 12 horas. No entanto, o peso do aprendizado dentro da fábrica e o choque disciplinar recebido pela geração proveniente do campo ou de áreas de pescadores são bem maiores que na geração posterior, já completamente socializada no trabalho e na vila operária. É o que sugere o depoimento de uma ex-operária:

Porque, nesse tempo da fição, eles botavam a gente, chamava a fiandeira e entregava a aprendiz. Dizia: “Olhe, essa menina aí vai trabalhar, você vai ensinar a ela.” As fiandeira, quando era boazinha, a minha que eu passei era sempre muito boa, né. Era jóia. Mas tem outras, que, aí puxava a mão, dava empurrão nas aprendiz, era assim, não sabe? E tinha umas que aprendia logo, eu fui até um pouco rude, eu demorei a aprender. Por isso, que depois que eu aprendi, que eu era fiandeira, eu sempre tinha muita paciência com aprendiz, não é? E tem fiandeira que tem horror a pegar aprendiz, não sabe? (...) E quando eu comecei a trabalhar a gente passava, eu parece que passei quase que cinco meses, trabalhando pra fiandeira. Quando começava logo, ela começava a ensinar a gente a botar canela que é mais fácil. Canela é uns pauzinhos que a gente botava pra tirar o jogo, sabe como é? A gente ia buscar lá no caixão, vinha, ela ensinava e as canelas era caíndo, aquele aperreio medonho. (...) Quando eu comecei a trabalhar, só era gente mais assim, né, que vinha do interior. Depois os filhos dos operários que iam trabalhar, iam se alistando e iam se colocando, né (na fábrica). Já era mais, né, mais saído.

Apesar de todas as dificuldades e dos “horrores” do trabalho infantil, das condições de trabalho e de vida das crianças nessa cidade, da má alimentação e da fome, das longas jornadas de trabalho e do sono, das doenças e do autoritarismo da hierarquia da fábrica — que se assemelham em gênero, mas não em grau, aos casos relatados na literatura sobre as conseqüências humanas da Revolução Industrial — apesar disso, encontram-se relatos que amenizam e relativizam a semelhança com o caso “clássico” de trabalho infantil. Esses rela-

tos, ao mesmo tempo em que mostram o aprendizado do trabalho útil, da profissão e da disciplina fabril hierarquizada, mostram também como a revelia dessa disciplina desabrochava o aprendizado operário da utilização própria dos poros da jornada de trabalho. Os relatos a seguir revelam surpreendentemente a irrupção de jogos infantis em plena fábrica. Mencionam também o aprendizado da comunicação operária por sobre o barulho infernal da fábrica "satânica e escura" (cf. a respeito desse qualificativo da fábrica, Hobsbawm, 1981).

(...) A gente ia buscar lá no caixão, vinha, ela ensinava, e as canelas era caindo, aquele aperreio medonho. E usava muito dicionário, não sabe? O pessoal nesse tempo só falava por dicionário. Mímica, né. Por causa do barulho das máquinas. A gente ficava assim. A gente chegava, não sabia de nada. Aí ficava acanhado porque pegava um a fazer pro outro (mímica) não sabe? Por exemplo, "que menina feia danada" (os outros operários referindo-se a ela). E depois com uns tempos é que ia aprendendo, né. Começava a ensinar, explicava o que era e a gente ia aprendendo.

(...) (As operárias chamadas "cabo de camada" dirigiam o conjunto de operárias trabalhando num setor determinado.) Os cabos de camada era mulher. Então aquelas moças, não sabe, mulher, moça, tudinho, tirava ela pra mandar. Então tinha um apito não sabe, ela dava um apito, piiiuu! E a gente já sabia, "tá chamando". A gente tinha uma folga medonha com os cabos de camada. Às vezes as máquinas tudo rodando, a gente brincava de pastoril. Brincava tudo na fábrica, era, naquela zoada mesmo. Tinha um canto assim que chamava, a gente sabia, ia tudo nas carreiras pra brincar. Aí aquelas meninas, né, tem umas mais ativas, outras mais assim, sabe como é? Brincava de pastoril, cantava e fazia tanta coisa. Mas isso escondido do contramestre. A gente escondia assim. Porque assim, é de noite, a gente, os contramestres também às vezes dormia, né.

E este outro relato:

(...) aí quando eu 'tava com muito sono, aí começa assim do chão aquelas caixinhas feita assim aquelas latas, né, às vezes eu 'tava com muito sono, até ele (o contramestre) era bom que não era muito exigente, aí eu ficava lá dentro dormindo, aí ele passava assim, olhava, ficava com pena, aí chegava e batia assim: "Cadê a mamadeira, hem?"  
(Ex-fiandeira que começou a trabalhar com 12 anos.)

De fato, o trabalho infantil nessa fábrica com vila operária não chega à situação dos horrores clássicos da Revolução Industrial. O trabalho infantil, no caso em estudo, não significa a eliminação das relações familiares. A família encontra-se próxima à fábrica, nas casas da vila operária como também dentro da própria unidade fabril. Essa relação de proximidade trabalho/moradia permite um controle mais direto, por parte das famílias, da exploração desenfreada do trabalho de seus filhos ainda crianças. Estamos, portanto, diante de um outro tipo de relação de dominação na indústria, que procura interferir na vida do trabalhador para além dos muros da fábrica. Tal relação de dominação configura um modelo de relações sociais da fábrica com vila operária.

## 5. Conclusão

A importância do trabalho infantil relaciona-se às transformações sociais que atingem a família. Essas transformações permitem que as famílias, através de novas formas de emprego de sua força de trabalho infantil, consigam reproduzir-se, ainda que segundo outras determinações sociais. Mais do que resistir à sua proletarização, que significa também uma outra forma de identidade social, trata-se, para esses camponeses e pequenos produtores ameaçados, de “optarem” — dadas as condições objetivas de aliciamento, arregimentação e atração pela fábrica — por uma nova condição social, a de operários fabris, que minimiza os efeitos de dispersão dos membros da família que adviriam de uma forma diversa de proletarização. A alternativa pela “obreirização” através de uma fábrica com vila operária garante que esses trabalhadores mantenham suas relações familiares preservadas e junto com eles a autoridade dos pais sobre os filhos. No entanto, o trabalho infantil aponta para uma transformação nas relações de autoridade internas à família: enquanto na situação anterior do camponês ou pescador a autoridade paterna se reforçava ao nível das relações de trabalho, na situação da vila operária de fábrica a autoridade paterna na produção esbarra nos muros da fábrica. Isso não significa que a autoridade paterna seja anulada, mas redefinida

não somente em face das relações sociais exteriores à família como também nas relações internas a ela. Dessa forma, a entrada dos filhos na fábrica continua sendo mediada pelo *chefe de família*, que discute junto com sua mulher, a *mãe de família*,<sup>9</sup> essa alternativa estimulada de todas as formas pela companhia. A fábrica, portanto, parece respeitar as relações sociais que passam pelo modelo de família que têm os operários, buscando através dos *chefes de família* arregimentar sua força de trabalho. Por outro lado, para a forma de dominação que a fábrica procura imprimir à vila operária, é essencial a existência de um modelo de família operária, tal como concebida pelos patrões, para a própria eficácia da formação de uma classe operária estável e disciplinada.

O significado do trabalho infantil não pode ser entendido sem se pensar sua articulação com o modelo familiar dos grupos em que é encontrado. É evidente que a lógica de seu emprego pelos capitalistas difere da lógica de seu uso pela família dos trabalhadores. Cabe ressaltar que é necessário que os trabalhadores se encontrem em situação de extrema penúria para que permitam que seus filhos sejam inteiramente subordinados ao trabalho fabril, como é o caso dos *working houses*. Mas, à parte esses casos extremos, não é "estranho" que busquem através do trabalho de seus filhos, mesmo os que ainda são crianças, a reprodução e manutenção do seu grupo doméstico.

O trabalho das crianças nessa fábrica com vila operária parece não ter o mesmo significado e amplitude devastadora que o "caso clássico" da Revolução Industrial. Apesar de a família ser obrigada a permitir a entrada de crianças na fábrica onde são submetidas a uma autoridade estranha, autoridade essa que segue a lógica da disciplina industrial, o controle da família sobre suas crianças não é anulado, como acontece nas *working houses*. O inter-relacionamento entre os operários na vila operária, através das relações de vizinhança e parentesco, permite que internamente à fábrica seja exercida uma certa vigilância que é uma forma de contrabalançar os abusos do trabalho industrial em face das crianças. Com efeito, a família não é um simples "biombo" para a arregimentação fabril das crianças e dos jovens. À companhia interessa realmente o recrutamento da família como um todo, como melhor garantia da estabilidade e da disciplina de sua força de trabalho dentro e fora da fábrica. A atribuição de ser-

viços marginais na fábrica ou na vila operária como também a concessão de roçados para os velhos pais camponeses não é uma mera benevolência da companhia, mas faz parte de uma estratégia de integração e dominação sobre toda a família, sendo como que a contrapartida ao trabalho gratuito de manutenção moral e estabilizadora da família operária por parte do seu chefe. O controle da moradia, além da autoridade dentro da fábrica, garante esse tipo de dominação que extravasa os muros da fábrica e penetra nas casas e nas famílias operárias.

## Notas

1. Gaskell, 1972; Marx, 1969; Thompson, 1968; Hammond (1967).
2. Esses autores são aqueles classificados por Thompson (1968) como os "otimistas" (são eles, entre outros: Clapham, Dorothy George, Ashton, Rostow, Smelser).
3. Paradoxalmente essa também é a análise feita por Kautsky, em *A questão agrária*, para a Alemanha, cf. Alvim, 1978.
4. A palavra "agente" é utilizada pelos informantes para classificar aqueles indivíduos que eram enviados pela fábrica para áreas rurais com a tarefa de arregimentar famílias para trabalharem na indústria.
5. Classificação dos próprios entrevistados.
6. Forma pela qual os trabalhadores classificam muitas vezes a fábrica.
7. Em 1927, é elaborado um código de menores em que se proíbia o trabalho de crianças até 12 anos. As crianças abaixo de 12 anos não poderiam ser punidas legalmente, no caso de infração de alguma lei. Um outro decreto é elaborado em 1932 a respeito do trabalho de menores. Interessante notar o caráter legal, criminal, contido na preocupação dessa legislação de menores. Mariza Corrêa (1982) observa esse caráter da categoria *menor* nessa legislação.
8. Quanto a esse poder "paragovernamental" de "registrar" o nascimento de trabalhadores que nunca se documentaram com uma certidão de nascimento, cf. a análise que faz Foucault (1975, p. 191) da "entrada da individualidade num campo documental", o "poder da escritura", o arquivo documental de informações sobre o indivíduo, como propriedades do "exame" como "meio do bom adestramento".
9. Cf. Alvim, Maria Rosilene Barbosa, 1979.

## Bibliografia

- Alvim, Maria Rosilene Barbosa. 1978. "A indústria doméstica camponesa na Questão agrária de Kautsky". Rio, Museu Nacional, (ms.).
- . 1979. "Notas sobre a família num grupo de operários têxteis", in Leite Lopes, J.S. et al., *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação — Estudos sobre trabalhadores urbanos*. Rio, Paz e Terra.
- Corrêa, Marisa. 1982. "Antropologia & Medicina Legal: variações em torno de um mito", in *Caminhos Cruzados*. São Paulo, Brasiliense.
- Foucault, Michel. 1975. *Surveiller et punir, naissance de la prison*. Paris, Gallimard.
- Gaskell, Peter. 1972. *The Manufacturing Population of England; its moral social and physical conditions, and the changes which have arisen from the use of steam machinery; with an examination of infant labour*. Nova York, Arno Press, reprodução da edição de 1833.
- Hammond, J.L. & B. 1967. *The Town Labourer (1760-1832), The New Civilisation*. Nova York, Augustus Kelley Publishers, Reprints of Economic Classics.
- Hobsbawm, E. 1981. A história e as "satânicas fábricas escuras", in *Os trabalhadores*. Rio, Paz e Terra.
- Leite Lopes, J.S. 1979. "Introdução" e "Fábrica e vila operária", in *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio, Paz e Terra.
- Marx, Karl. 1969. *Le Capital*. Paris, Éditions Sociales (Livro 1, t. 2).
- Murard e Zylberman. 1976. "Le petit travailleur infatigable". in *Recherches*, n.º 25. Paris.
- Thompson, E.P. 1968. *The Making of the English Working Class*. Middlesex, Penguin Books.
- Vermeren, P. e Douailler, S. 1976. "Les enfants du capital; de l'hospice à la manufacture", in *Les Révoltes Logiques*, n.º 3, Paris.



**ESTRATÉGIAS DE VIDA E  
JORNADA DE TRABALHO**

---

---

Luiz Antonio Machado da Silva



Apesar da complexa problemática em que se insere, o objetivo do presente trabalho é modesto: trata-se de descrever as estratégias de vida – em especial sua relação com a jornada de trabalho – das camadas populares, discutindo algumas de suas implicações. O material empírico é proveniente de uma pesquisa etnográfica realizada no Recife, entre 1977 e 1978.<sup>1</sup> Embora, devido ao método utilizado, o universo de informantes tenha sido mais amplo, a investigação visava fundamentalmente a população com renda monetária individual igual ou inferior a dois salários mínimos. Essa informação é importante porque ressalta o fato de que se estará lidando com o segmento mais amplo do exército industrial de reserva.

## **1. Estratégias de Vida, Tempo de Trabalho e Divisão Familiar do Trabalho**

As estratégias de vida dos estratos sociais inferiores no Recife estão em grande parte baseadas na extensão do tempo de trabalho. Esta afirmativa deve ser vista não apenas em termos da duração da jornada diária individual, mas também em termos do ciclo de vida do trabalhador e de sua família. Deve-se também notar que a disposição do trabalhador e sua família de estender o tempo de trabalho ocorre num contexto de ampla oferta e de quase total ausência de regulamentação do trabalho. Nessas circunstâncias, o que se costuma chamar de “custo de oportunidade” do trabalho é muito baixo, o que faz o trabalhador disponível a qualquer aceno.

Duas ordens de evidências podem ser oferecidas para suportar esse argumento. Primeiro, nos estratos sociais mais baixos a noção de que alguns dias ou períodos (noites, fins de semana, férias etc.) devem ser dedicados ao descanso é substituída por tentativas de transformar simbolicamente o trabalho numa espécie de brincadeira. Isso pode ser visto tanto no clássico exemplo da verdadeira festa em que se transformam as atividades ditas de "auto-ajuda" — que, ao contrário do que muitos pensam, quase sempre envolve remuneração monetária — quanto na "descontração" das tarefas cumpridas mesmo em ambientes mais formalizados, sempre que o controle do trabalho se torna menos marcial. Essa transformação ideológica não é mais do que uma forma de aliviar a sobrecarga de uma quase-ausência de tempo livre.

Segundo, na medida em que os chefes de família têm sua renda real reduzida, outros membros são empurrados para o mercado. Digã-se de passagem que isso não representa nenhuma garantia de manutenção da renda familiar, porque a remuneração adicional dos outros membros da família pode não cobrir a diferença. Deve-se notar também que esse tipo de "reação" não é apenas resultado de crises individuais como desemprego, doença, morte etc., nem de meras variações conjunturais. Trata-se, antes, de uma tendência secular, como já tem sido salientado (ver, por exemplo, a referência a dois estudos do DIEESE mencionados em Singer, 1977, pp. 175ss.).

As formas mais recorrentes de extensão da jornada de trabalho entre a população estudada são:

1. Trabalhadores regularmente empregados (assalariados) realizam, é claro, horas extras, de que é uma variação o contrato da força de trabalho "por produção". Nesse último caso, o empregador evita a possibilidade de ser multado e, ao mesmo tempo, cria a ilusão de proporcionar aos trabalhadores por produção melhor pagamento. Em geral, a produção diária contratada corresponde a aproximadamente 12-14 horas de trabalho — o que é equivalente à jornada dos trabalhadores que fazem horas extras.

2. Há um tipo de relação de trabalho que alguns autores denominam "falsa autonomia" (ver especialmente Prandi, 1978). Muitos trabalhadores por conta própria, particularmente na construção ci

vil, contratam com o capitalista serviços específicos a um preço global, com se fossem autônomos. Nesses casos, não há vínculo legal entre o capitalista e o trabalhador, uma vez que juridicamente o que está sendo comprado é o serviço acabado. Mas trata-se, evidentemente, de um contrato artificial, que apenas esconde o fato de que o trabalhador está vendendo sua força de trabalho, não um serviço. Em geral, é o próprio trabalhador que determina o tempo de trabalho necessário para executar o serviço. Porém, uma vez que invariavelmente ele tem urgência em receber o pagamento, termina por ser compelido a estender sua jornada de trabalho.

3. Um caso muito comum de extensão do tempo de trabalho é a combinação de empregos regulares, assalariados, com o auto-emprego. Não é necessário afirmar que a própria base de uma tal combinação é a extensão da jornada de trabalho. Há uma enorme variedade de modos de combinar esses dois tipos de relação de trabalho (ver, por exemplo, Silva, 1971), mas o importante é que, nesses casos, o auto-emprego é complementar ao assalariamento, que permanece a principal fonte de renda.

4. Em muitos casos, o assalariado sob licença para tratamento de saúde começa a trabalhar por conta própria assim que passa a dispor de um mínimo de condições físicas. Isso ocorre porque a remuneração do trabalhador "encostado" é sempre muito inferior a seu salário. Caso similar ocorre depois da aposentadoria, embora o trabalho possa ser menos penoso e economicamente mais recompensador para os aposentados. Em ambos os casos, as atividades tendem a se concentrar no comércio (ambulante ou em pequenos estabelecimentos), por exigirem menos esforço físico; isso, entretanto, nem sempre é possível.

As diferenças entre o trabalho durante licença para tratamento de saúde e após a aposentadoria são claramente apontadas nas avaliações de cada situação pelos trabalhadores. No primeiro caso, o indivíduo é compelido a continuar trabalhando, e só o faz por estrita necessidade econômica. Mas a grande maioria dos trabalhadores espera a aposentadoria como uma excelente fonte de "dinheiro" extra. Note-se que, aqui, há uma inversão da centralidade do trabalho assalariado, que passa à condição de fonte complementar de remuneração. É evidente que esse ponto remete a considerações a respeito do Esta-

dô como gestor da reprodução da força de trabalho como um todo, que não cabem no presente trabalho. De qualquer modo, a estratégia de continuar trabalhando nos dois casos apontados neste item reafirma, por um lado, o baixo "custo de oportunidade" do trabalho; e, por outro, indica o quanto a extensão da jornada de trabalho encontra-se presente na vida cotidiana desse segmento de trabalhadores.

5. No que se refere aos trabalhadores por conta própria, aqueles regularmente empregados — isto é, que não enfrentam problemas em razão da falta de demanda — tendem a trabalhar por jornadas tão longas quanto a dos assalariados.<sup>2</sup> Os trabalhadores por conta própria irregulares, por outro lado, têm toda a sua vida centrada no trabalho potencial; dia e noite eles estão disponíveis para trabalhar por praticamente qualquer remuneração. Se o tempo gasto no processo de procura por trabalho for incluído, então esse tipo de trabalhador pode ser considerado o mais sobrecarregado dentre os estratos sociais mais baixos.

6. Como já foi mencionado, as condições econômicas dos segmentos inferiores tornam necessário o trabalho das mulheres casadas.<sup>3</sup> De fato, no caso da população estudada, as mulheres participam da força de trabalho quase por definição. Isso implica a necessidade de articular essa participação — isto é, o trabalho remunerado, com as responsabilidades familiares. O equilíbrio é obtido pela eliminação do trabalho remunerado em tempo integral, seja como doméstica, seja como assalariada.<sup>4</sup> Há, pois, uma tendência à concentração nas atividades por conta própria, desempenhadas em conjunto com as tarefas domésticas e o cuidado dos filhos — uma associação que só pode ser conseguida através da extensão da jornada de trabalho (cf. Silva, 1979).

7. Finalmente, há uma situação relativamente comum em que membros da unidade doméstica se engajam em atividades orientadas para o mercado mas não são pagos por elas (como, por exemplo, filhos trabalhando com os pais como "ajudantes" ou o caso dos pequenos estabelecimentos familiares). É evidente que esses casos de trabalho não-pago não representam extensão da jornada individual de trabalho, mas, de um ponto de vista mais amplo, implicam um aumento do número global de horas trabalhadas. Esses casos ocor-

rem na esfera do auto-emprego e, com menor intensidade, na situação de "falsa autonomia".

Enquanto estratégias de vida, todos os casos acima podem ser concebidos como formas de "administração do trabalho" pela unidade doméstica.<sup>5</sup> Sem dúvida, as decisões e o comportamento cotidiano sintetizados acima não são nunca completamente conscientes, coerentes e lineares. Mas a lógica subjacente a elas pode ser descrita da seguinte forma, como um conjunto articulado de passos:

1. É necessário para a família, principalmente no que se refere a mulheres e filhos, decidir quem deve trabalhar, e quando. Este é um tema fortemente dependente da remuneração do chefe de família. Quase sempre, todos os membros são estimulados a realizar algum tipo de trabalho remunerado — mas isso não significa que todos tenham necessariamente de procurar um emprego ou atividade estável por conta própria. Mesmo entre famílias com níveis de renda muito baixos não é incomum, por exemplo, que um ou mais membros sejam aquinhoados com tempo livre para estudar além do mínimo mais ou menos universal de um ou dois anos de escolarização. Esta é, porém, uma situação instável, porque os estudantes são tendencialmente os primeiros a serem afetados por qualquer "crise" na família (morte, casamento, desemprego, migração de um membro etc.). Também o momento de ser lançado no mercado é função do nível de renda e do estágio do ciclo de desenvolvimento da família (os primogênitos, em especial do sexo masculino, em geral começam a trabalhar mais cedo). Finalmente, deve-se mencionar que, quando o indivíduo começa a trabalhar regularmente (ou a "procurar serviço", expressão que se refere a uma atividade estável, mais que a um emprego assalariado), quase sempre dispõe de alguma experiência anterior de realização de pequenas tarefas remuneradas. Em outras palavras, a entrada ativa no mercado, seja o trabalho efetivo, seja a procura sistemática, não se dá de forma a representar um rompimento com uma situação de completa inatividade.<sup>6</sup>

2. O tipo de trabalho a ser obtido está, é óbvio, muito além do desejo da família ou de seus membros. Empiricamente, no entanto, parece haver uma tendência de balancear o trabalho assalariado

com o auto-emprego entre os membros da família que trabalham. As longas discussões entre eles a respeito das vantagens e desvantagens relativas de suas respectivas situações de trabalho poderiam sugerir que esse balanceamento é procurado pela família como um todo, a fim de nivelar no conjunto os aspectos positivos e negativos. Contudo, o mais provável é que o fator fundamental dessa diversificação de relações de trabalho sejam as condições do mercado.

3. Uma vez que os termos gerais da divisão do trabalho entre os membros da família estão estabelecidos, os membros "totalmente ocupados" procuram maximizar seu tempo de trabalho pelas razões e nas formas já mencionadas. Como já foi dito, a quantidade de trabalho das mulheres casadas precisa ser equilibrada com as tarefas domésticas. Como consequência, há um segundo nível da divisão do trabalho<sup>7</sup> que depende do número de membros que não trabalham (ou que não procuram trabalho). É claro que a quantidade total de horas de trabalho remuneradas para o conjunto da família é relativamente inelástica e determinada pelo mercado, mais do que por decisões sobre a divisão intrafamiliar do trabalho. Mas isso não impede que o cuidado da casa e dos filhos pequenos seja alocado de preferência entre os membros com menores chances no mercado de trabalho. Uma vez que o trabalho das mulheres adultas tem melhores condições de mercado do que, digamos, o de crianças ou velhos, elas procuram liberar-se tanto quanto possível das tarefas de manutenção da casa, redistribuindo-as entre os membros da família com menores chances de remuneração, retendo, entretanto, sua supervisão.

É necessário chamar atenção para o que já está implícito: todos esses passos estão intimamente relacionados com o tamanho e composição da família.<sup>8</sup> Embora essas características variem de acordo com uma dimensão "natural", elas podem ser, e de fato são, manipuladas socialmente através da circulação de membros entre as diversas unidades domésticas. Aqui, a migração aparece como um mecanismo central no gerenciamento da força de trabalho pela família ou, em outras palavras, no controle do tamanho e composição do grupo doméstico.<sup>9</sup>

Existe uma série de estudos devotados a refutar a tese de que a migração envolve choque cultural e problemas de adaptação. Em sua

maioria, enfatizam a importância de redes de parentesco (e amizade) que desempenham um papel de amortecedor das dificuldades dos migrantes. Do ponto de vista aqui adotado, pode-se dizer que esses estudos indicam a manipulação do tamanho e composição da família através da troca de membros. A existência de um fluxo tendencialmente orientado para os centros urbanos não contradiz essa afirmativa, uma vez que é nas cidades que as oportunidades de trabalho para esse setor da população estão concentradas. O mesmo se pode dizer em relação ao fato de que unidades familiares com grande número de membros são relativamente raras: os ciclos de desenvolvimento das famílias nucleares podem ser adaptados aos ciclos de vida e experiência de trabalho dos migrantes de tal forma que sejam maximizadas as vantagens econômicas, tanto para as unidades domésticas quanto para as famílias em seu sentido mais amplo. Por exemplo, uma jovem que é excedente para sua unidade doméstica original em virtude das condições do mercado em seu lugar de origem pode passar a viver com parentes (ou amigos) e assumir algumas tarefas domésticas, liberando a mãe da unidade receptora para maior número de horas de trabalho remunerado — até que a adolescente se case ou tenha idade suficiente para encontrar um trabalho que a mantenha, num momento em que o filho da família receptora já requer cuidados menos intensivos.<sup>10</sup>

Como mecanismo de controle do tamanho e composição da família, a migração supõe um conjunto de decisões inter-relacionadas, pelo menos em três dimensões, envolvendo a família original, o próprio migrante e a família receptora. Para a família original, a questão tem dois aspectos. Em primeiro lugar, é necessário avaliar se a migração de um membro proporcionará uma redução no consumo diário que ultrapasse sua contribuição atual ou potencial para o orçamento familiar. Em segundo lugar, há alguns casos em que é claro que um membro da família pode elevar seu nível de renda, caso migre. Nessa situação, é preciso decidir se a melhoria potencial da renda familiar compensa o risco de perder o controle de seu membro migrante.<sup>11</sup> Inversamente, o migrante precisa decidir se preserva a relativa segurança proporcionada pela família, mantendo seus laços com ela, ou se os corta a fim de melhorar sua situação pessoal. A tensão provocada por esses dois conjuntos de decisões é empírica-

mente refletida pelas contínuas discussões entre os migrantes e suas famílias originais a respeito da frequência de correspondência e envio de dinheiro. Finalmente, do ponto de vista da família receptora, a aceitação de um novo membro na unidade doméstica envolve um conjunto equivalente de considerações mencionadas para a família original.

## 2. Considerações Finais

### 2.1. *Jornada de Trabalho, Consumo e Unidade Doméstica*

Os comentários acima indicam que o fulcro das estratégias de vida do segmento social estudado é a maximização do trabalho pago, o que envolve a participação de tantos membros da unidade doméstica quanto possível. Na realidade, esta pode ser vista como a mais básica e geral estratégia que articula as famílias dos estratos mais baixos ao mercado de trabalho. O marco de referência dessa estratégia global é duplo. Por um lado, existem generalizadas dificuldades de obtenção de atividades remuneradas, *pari passu* com a instabilidade do trabalho, tanto assalariado quanto por conta própria. Por outro lado, os níveis de remuneração são insuficientes, além de decrescentes.

Nesse contexto, a circulação de membros entre unidades familiares — de que a migração é um dos casos mais importantes — atua como uma espécie de mecanismo regulador, articulando o tamanho e a composição do grupo familiar com as condições do mercado de trabalho. Em geral, a separação dos migrantes de suas famílias é um arranjo temporário. A longo prazo, os migrantes cortam seus laços familiares, trazem os demais membros da família para o novo local, ou retornam à região de origem.

Multiplicar o número de membros ativos da família é, portanto, uma forma de enfrentar as dificuldades econômicas. Nesse contexto, os trabalhadores lutam para trabalhar e ganhar tanto quanto possível numa economia de mercado — mas como membros de uma unidade

doméstica, não como indivíduos isolados. O desenvolvimento do capitalismo no Brasil deixou um espaço muito restrito para a economia doméstica ou de subsistência; como consequência, os membros da unidade familiar são empurrados para o mercado de trabalho. O resultado é que a natureza da cooperação familiar é profundamente alterada, mas a importância da família como unidade de consumo permanece inalterada (Tilly e Scott, 1978). Nas atividades produtivas que proporcionam alguma remuneração (salário ou renda), o trabalhador quase sempre se comporta como indivíduo, exceto no caso dos ajudantes e dos pequenos empreendimentos familiares. Mas, na medida em que estão em jogo os meios de consumo, ele é membro de uma unidade doméstica — o que significa que a reprodução social do trabalhador é um empreendimento coletivo realizado ao nível da família.

## *2.2. Estratégias de Sobrevivência, Mercado de Trabalho e Determinantes Estruturais*

Na medida em que trata da reprodução do trabalhador, a noção de estratégia de sobrevivência se articula com o mercado de trabalho e suas diferenciações — trabalho assalariado, por conta própria etc. —, e só através dessa mediação com as condições de produção que o conformam. Algumas referências mais gerais a respeito do significado das estratégias descritas, no entanto, podem ser adiantadas.<sup>12</sup>

A satelitização de formas de produzir não tipicamente capitalistas — processada basicamente pela redução da produção de valores de uso (bens e serviços) e mercantilização quase total da cesta de consumo da classe trabalhadora — tem sido um dos pontos básicos da acumulação capitalista no Brasil, através da redução, para o capital, dos custos de reprodução da força de trabalho (no Brasil, Oliveira, 1972, foi um dos primeiros a chamar atenção para esse ponto). Os mecanismos desse processo podem ser aproximadamente descritos da seguinte forma:

1. Há uma complementaridade entre baixos salários e formas não-capitalistas de produzir: por um lado, a parte correspondente ao tempo de trabalho necessário (sob a forma de salário) pode ser me-

nor do que se não existisse a produção não-capitalista; por outro lado, o capital deixa de penetrar em certos bolsões da produção social, que se organizam sob forma não-capitalista<sup>13</sup> — com pouco ônus, diga-se de passagem, pois em geral trata-se da produção de bens e serviços “de salário”, secundária do ponto de vista da acumulação global.

2. A crescente mercantilização de toda a atividade econômica torna cada vez mais necessária a remuneração do trabalho em dinheiro, tendendo a comprimir ao mínimo a produção doméstica ou de subsistência, e com isso abrindo mais espaço para a produção de valores de troca, organizada segundo relações capitalistas ou não. A contrapartida é a intensificação da dependência do capital, seja direta, no caso do assalariamento, seja indireta, na medida em que o mercado para os valores de troca produzidos sob formas não-capitalistas é fundamentalmente o contingente de assalariados.

3. Esse último aspecto é importante, porque chama atenção para uma faceta pouco mencionada do padrão de acumulação brasileiro em suas relações com a produção não-capitalista. Trata-se do fato de que uma parte do salário da fração ativa da classe trabalhadora é apropriada pelo setor do exército de reserva engajado na produção não-capitalista. Assim, “ao mesmo tempo em que produzem riqueza, as formas de produzir não-capitalistas podem funcionar como uma espécie de redistribuidoras da massa de salários paga pelo capital” (Lopes e Silva, 1979: 13). O capital, nessas condições, termina por lançar sobre os ombros da própria classe trabalhadora o ônus da reprodução da fração em reserva da força de trabalho, além de reduzir globalmente o custo de reprodução da força de trabalho.

É possível finalizar este trabalho sugerindo que as estratégias de sobrevivência acima apresentadas representam uma resposta às condições a que são submetidas pelo capital. É evidente que as estratégias não seriam as mesmas se, por exemplo, o Estado não fosse tão flagrantemente omissivo na gestão da reprodução da força de trabalho. Por outro lado, essas mesmas estratégias explicam, pelo menos em parte, essa omissão.

Dito de outra forma, a maximização da jornada de trabalho e a entrada no mercado do maior número possível de membros da famí-

lia correspondem a um momento de intensificação da extração de mais-valia absoluta (Oliveira, 1980), uma de cujas características é justamente a ausência da atividade mediadora do Estado.

## Notas

1. A pesquisa foi realizada pelo IUPERJ, em convênio com a Sudene. Além do autor, participaram de todas as fases, desde a coleta até a interpretação, Ademir Figueiredo, Filippina Chinneli, Laureta Copello e Nizete do Nascimento.
2. Prandi (1978: 127-144) e Singer (1980: 61-69) mostram, para o caso de Salvador, que, nos estratos sociais mais baixos, as variações na remuneração entre assalariados e auto-empregados são pequenas, com ligeira vantagem para os primeiros. Na medida em que os rendimentos são genericamente baixos, as tentativas de aumentá-los pela elevação do número de horas de trabalho têm de ser também generalizadas.
3. Uso a expressão "mulheres casadas" em seu sentido mais amplo, para indicar as mulheres adultas co-responsáveis por unidades domésticas que contenham também pelo menos um homem adulto. Do ponto de vista da família e do trabalho feminino, este é apenas um entre vários arranjos possíveis, embora talvez o mais numeroso. Como, entretanto, o trabalho feminino não é objeto específico deste estudo, acredito que uma tal simplificação seja admissível.
4. As relações de trabalho em que se engajam as mulheres apresentam, para o estrato social examinado, uma série de especificidades pouco estudadas. Registro apenas dois exemplos de sua complexidade. O emprego doméstico, que apresenta certas características de assalariamento, porém numa relação que não implica um "capitalista" (logo, não há como falar em mais-valia) e em que a jornada diária é totalmente indefinida na grande maioria dos casos; e o assalariamento a domicílio, inclusive com carteira assinada, numa espécie de *putting out system*, que chega a envolver "ajudantes", alguns remunerados (cf. Silva, 1979).
5. Não resta dúvida de que, em se tratando de uma formação social capitalista como a brasileira, a utilização da força de trabalho, no modo e no ritmo, é determinada pelo capital. Mas isso não é incoerente com a afirmativa de que, do ponto de vista do trabalhador, ele "administra" seu trabalho dentro dos parâmetros que lhe são impostos. Pelo menos nesses termos, a oposição autonomia x dominação é uma falsa questão.
6. Não estou considerando os serviços e atividades de transformação envolvidos na manutenção da casa e cuidado dos filhos "pequenos" (palavra necessariamente vaga, porque o momento em que eles não exigem mais cuidados especiais é sempre muito fluido). A esfera doméstica da reprodução do trabalhador, justamente por ser a mais afastada do domínio do capital, parece-me ser a que maior número de arranjos permite, desde

a estrita produção de valores de uso até complicadas combinações já mercantilizadas que envolvem relações tanto capitalistas quanto não-capitalistas de trabalho e que, portanto, descaracterizam a produção de valores de uso como definidora da esfera doméstica. Se, como acredito, o que caracteriza as atividades ligadas à manutenção da casa e o cuidado dos filhos é justamente esse aspecto híbrido proveniente de seu distanciamento do domínio do capital, algumas coisas podem ser ditas. Primeiro, a fragilidade da produção de valores de uso num contexto totalmente capitalista permite a penetração de *todas* as formas de organização da produção e relações de trabalho, comprimindo cada vez mais a produção de valores de uso *stricto sensu*, sem, no entanto, retirar-lhe certa hegemonia na lógica das combinações entre elas. Segundo, a expressão "produção doméstica" (Singer, 1980; Jelín, 1974, 1980) é imprópria, ou porque é entendida em seu estrito sentido de produção de valores de uso, e então se refere apenas a uma pequena fração dos serviços e atividades de transformação envolvidos na manutenção da casa e cuidado dos filhos; ou porque reúne sob um mesmo rótulo relações de trabalho muito diferentes. Finalmente, deve-se dizer que, em geral, o trabalho na esfera doméstica é associado ao trabalho feminino. Embora este seja, de fato, predominante, está longe de ser exclusivo das mulheres, envolvendo também o sexo masculino, principalmente crianças e jovens.

7. A base da estrutura da família é a necessária combinação da produção de valores de troca e de valores de uso (Oliveira, 1976). Este segundo nível se refere à divisão do trabalho dentro da produção de valores de uso, que permanece existindo, apesar da tendência à diminuição de seu espaço. Sob esse ponto de vista, o espaço para a existência de membros da unidade doméstica "não-produtivos" (de valores de troca e/ou de uso) é quase inexistente nos segmentos sociais inferiores.
8. "A situação de trabalho constitui, para o trabalhador manual, a parte de sua condição de existência sobre a qual não possui nenhum ou muito pouco controle. O mundo familiar, porém, permite uma certa manipulação. E sob as pressões advindas do mundo do trabalho — baixos salários, pequena qualificação, restrição da oferta de empregos — o tamanho da família torna-se um problema de importância fundamental para o estabelecimento de seu nível de vida e, em última análise, para a própria reprodução social do grupo" (Bilac, 1978: 97).
9. É desnecessário dizer que a migração não é o único mecanismo, sendo relativamente comuns os casos de circulação de pessoas entre diferentes unidades familiares dentro da mesma cidade e/ou bairro. Estou chamando atenção para o caso das migrações porque os modos e as bases da circulação quase sempre são os mesmos e porque ele corresponde à situação extrema e mais estudada. Além disso, é um fenômeno muito comum, pelo menos nos bairros do Recife estudados.
10. "É preciso esclarecer que não se pretende reduzir toda a problemática familiar à sua problemática econômica. A família é também uma unidade de convivência, e as relações entre pais e filhos, esposas e esposos, envolvem várias dimensões afetivas, culturais etc. Por outro lado, em uma situação de carência econômica como a observada nesse grupo, é de esperar que o peso dos fatores econômicos seja decisivo na tomada de decisões

relativas ao destino do grupo doméstico. De qualquer modo, toda família nuclear é potencialmente uma família ampliada, assim como toda família ampliada é potencialmente uma família nuclear. Em outras palavras, a família ampliada é sempre um momento transitório, por vezes necessário, da vida da família nuclear" (Bilac, 1978: 88).

11. É necessário lembrar que se espera que o migrante que trabalha envie dinheiro para sua família de origem, pelo menos até que se case. Esse ponto levanta uma questão que, no presente trabalho, pode apenas ser mencionada. Alguns estudos sobre os efeitos das migrações afirmam que ela pode ser um fator de desorganização econômica e familiar nos lugares de origem; o argumento aqui desenvolvido sugere, ao contrário, uma hipótese inversa: o controle do tamanho da família e a ajuda financeira eventualmente recebida podem ser antes um mecanismo de estabilização (cf. a respeito o excelente trabalho de Arizpe, 1978). É claro que as considerações sobre migrações aqui apresentadas tratam apenas dos que dispõem de uma rede de parentesco (ou amizade) nos locais de chegada.
12. Um tratamento mais sistemático das relações entre produção e reprodução com referência ao mesmo segmento do exército de reserva tratado no presente artigo pode ser encontrado em Souza e Faria, 1980. Os comentários aqui apresentados seguem uma linha de argumentação muito semelhante, mas a exiguidade de espaço não permite uma discussão mais detalhada de suas conclusões.
13. A complementaridade entre produção capitalista e não-capitalista não é estática: ao mesmo tempo em que o capital destrói esta última, recria formas de organização não-capitalista (cf. Singer, 1977, 1980). Por outro lado, a intensificação da mercantilização da atividade econômica abre espaços para a produção não-capitalista em detrimento da produção doméstica de valores de uso.

## Bibliografia

- Arizpe, Lourdes. 1978. "Rotating Urban Labor: Relay Migration as a Strategy for Survival Among Peasant Households" (mimeo.).
- Bilac, Elizabete Doria. 1978. *Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência*. S. Paulo, Símbolo.
- Jelin, Elizabeth. 1974. "Formas de organização da atividade econômica e estrutura ocupacional", in *Estudos Cebrap* 9 (julho): 51-78.
- \_\_\_\_\_. 1980. "A baiana na força de trabalho: atividade doméstica, produção simples e trabalho assalariado em Salvador", in Souza, Guaraci A.A. e Faria, Vilmar (orgs.), *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis, Vozes/Cebrap.
- Lopes, J.S. Leite e Silva, L.A. Machado da. 1979. "Introdução: estratégias de trabalho, formas de dominação na produção e subordinação doméstica de trabalhadores urbanos", in Lopes, J.S. Leite et al., *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio, Paz e Terra.

- Oliveira, Francisco de. 1972. "A economia brasileira: crítica à razão dualista", in *Estudos Cebrap 2* (outubro): 3-82.
- . 1980. "Prefácio: Salvador, os exilados da opulência", in Souza, Guaraci A.A. e Faria, Vilmar (orgs.), *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis, Vozes/Cebrap.
- Oliveira, Jane S. e Prado, Regina de P.S. 1976. "O biscateiro como uma categoria de trabalho: uma análise antropológica". Rio, FIBGE (mimeo.).
- Prandi, José R. 1978. *O trabalhador por conta própria sob o capital*. S. Paulo, Símbolo.
- Silva, Luiz A.M. da. 1971. *Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade*. Dissertação de mestrado, Museu Nacional, Rio de Janeiro.
- . 1979. "A oposição entre trabalho doméstico e trabalho feminino remunerado", in Lopes, J.S. Leite et al., *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio, Paz e Terra.
- Souza, Guaraci e Faria, V. (orgs.). 1980. *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis, Vozes.
- Singer, Paul I. 1977. *A economia política do trabalho*. S. Paulo, Hucitec.
- . 1980. "A economia urbana do ponto de vista estrutural: o caso de Salvador", in Souza, Guaraci A.A. e Faria, Vilmar, *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis, Vozes/Cebrap.
- Tilly, Louise A. e Scott, Joan W. 1978. *Women, Work and Family*. Nova York, Holt, Rinehart and Winston.



Este livro foi impresso pela  
**artes gráficas quatuor s/a.**  
Rod. Presidente Dutra, km 214  
Fone: 913-1422 - Guarulhos

**#SOC08426**

Condições de vida das  
camadas populares

É evidente, portanto, a diversidade dos textos aqui apresentados, a par do interesse em si do conteúdo de cada um deles. Assumem, cada um a seu modo, uma posição a respeito do caráter relacional e histórico do processo produtivo em todos os seus momentos (no caso do capitalismo, as relações entre o capital e o trabalho). Leite Lopes critica as interpretações de um marxismo "que enfatiza as determinações das forças produtivas sobre a formação da classe operária e sua organização própria como movimento social". Por sua vez, fica marcado no estudo de Alvim o papel ativo dos trabalhadores, quando a autora insiste na necessidade de domesticação do trabalho pela fábrica e nas dificuldades do processo de aliciamento, associadas à instabilidade permanente da força de trabalho. Finalmente, Machado da Silva deixa implícita a tensão entre os processos antagônicos de "obreirização-desobreirização" subjacentes à extensão da jornada de trabalho.

Este livro certamente será de interesse para antropólogos e sociólogos voltados para o estudo das camadas populares no Brasil contemporâneo, devendo ainda ser de utilidade para aqueles interessados em questões específicas como a classe operária, a família ou o trabalho infantil.

**ZAHAR EDITORES**

a cultura a serviço do progresso social

**RIO DE JANEIRO**

## SÉRIE DEBATES URBANOS

A Série Debates Urbanos, dirigida por Licia Valladares, reúne textos apresentados no Seminário de Estudos Urbanos, promovido pelo IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro) no decorrer do ano de 1981. Composta de sete coletâneas temáticas, apresenta trabalhos de cerca de trinta autores que contribuem com reflexões novas sobre a problemática urbana no Brasil contemporâneo.

- 1 - Solo Urbano: Tópicos sobre o uso da terra  
L. A. Machado da Silva (org.)
- 2 - Violência e Cidade  
Renato Raul Boschi (org.)
- 3 - Repensando a Habitação no Brasil  
Licia do Prado Valladares (org.)
- 4 - Políticas Públicas para Áreas Urbanas  
Eli Diniz (org.)
- 5 - Movimentos Coletivos no Brasil Urbano  
Renato Raul Boschi (org.)
- 6 - Condições de Vida das Camadas Populares  
L. A. Machado da Silva (org.)
- 7 - Qualidade da Vida Urbana  
Amaury de Souza (org.)

